

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA

***O GRANDE DEBATE DA CNN BRASIL: ESTUDO DE ESTRATÉGIAS
ARGUMENTATIVAS UTILIZADAS POR POLÍTICOS***

UBERLÂNDIA - MG

2022

HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA

***O GRANDE DEBATE DA CNN BRASIL: ESTUDO DE ESTRATÉGIAS
ARGUMENTATIVAS UTILIZADAS POR POLÍTICOS***

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Matos dos Santos

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S729 Souza, Henrique Rodrigues de, 1999-
2022 O Grande Debate da CNN Brasil: estudo de estratégias argumentativas utilizadas por políticos [recurso eletrônico] / Henrique Rodrigues de Souza. - 2022.

Orientadora: Vanessa Matos dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Jornalismo.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Jornalismo. I. Santos, Vanessa Matos dos, 1981-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Graduação em Jornalismo. III. Título.

CDU: 70

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA

***O GRANDE DEBATE DA CNN BRASIL: ESTUDO DE ESTRATÉGIAS
ARGUMENTATIVAS UTILIZADAS POR POLÍTICOS***

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Matos dos Santos

Uberlândia, 16 de agosto de 2022

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Vanessa Matos dos Santos - FACED - UFU

Orientadora

Prof. Dr. Edilson José Graciolli - INCIS - UFU

Avaliador

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo - FACED - UFU

Avaliador

RESUMO

O audiovisual representa uma das mais democráticas formas de comunicação. No caso da televisão (suporte que, por excelência, se respalda no audiovisual) é possível observar a existência de uma relação antiga e duradoura com a política, principalmente, quando no Brasil. No telejornalismo, a política assume o protagonismo do noticiário e, ainda, contribui na visibilidade de agentes oficiais, seja em matérias jornalísticas, seja em debates. Nesses últimos, entretanto, é permitido ao telespectador acompanhar os políticos sem edição da fala ou intervenções audiovisuais (cortes, edições etc). Tendo em vista estes aspectos, esta pesquisa apresenta a análise de 4 (quatro) programas do quadro “O Grande Debate”, da CNN Brasil, selecionados a partir do número de visualizações no Youtube e, também, por serem compostos por debatedores da política com opiniões opostas. O objetivo geral concentra-se em analisar a construção das estratégias argumentativas dos seus respectivos oradores nestes programas por meio do referencial metodológico da estratégia de argumentação proposto por Breton (2003). Os resultados da análise sublevam as opiniões e o desenvolvimento da argumentação dos debatedores, explicita qual estratégia argumentativa é utilizada e qual sentido cada uma pode incorporar na fala do orador ou colaborar para a construção de uma imagem midiática. As considerações finais destacam o uso recorrente de estratégias argumentativas, como, por exemplo, a de competência, utilizada pelos oradores dos debates para atribuir mais autoridade à sua fala.

Palavras-chave: estratégias argumentativas; debate; políticos; audiovisual; CNN Brasil.

ABSTRACT

The audiovisual represents one of the most democratic forms of communication. In the case of television (a support that, par excellence, is supported by audiovisual) it is possible to observe the existence of an old and lasting relationship with politics, especially when in Brazil. In telejournalism, politics assumes the leading role of the news and also contributes to the visibility of official agents, whether in journalistic articles or in debates. In the latter, however, the viewer is allowed to follow the politicians without editing the speech or audiovisual interventions (cuts, edits, etc.). In view of these aspects, this research presents the analysis of 4 (four) programs from the “O Grande Debate”, from CNN Brasil, selected based on the number of views on Youtube and, also, for being composed by debaters of politics with opposing opinions. The general objective focuses on analyzing the construction of the argumentative strategies of their respective speakers in these programs through the methodological framework of the argumentation strategy proposed by Breton (2003). The results of the analysis raise the opinions and the development of the debaters' arguments, it explains which argumentative strategy is used and what meaning each one can incorporate in the speaker's speech or collaborate for the construction of a media image. The final considerations highlight the recurrent use of argumentative strategies, such as, for example, competence, used by the speakers of the debates to attribute more authority to their speech.

Keywords: argumentative strategies; debate; politicians; audiovisual; CNN Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Esquema das Famílias de Argumentos.....	41
Quadro 1	Programas selecionados como amostra para a pesquisa.....	45
Figura 2	Manifestações de 7 de setembro.....	49
Figura 3	Politização das polícias.....	61
Figura 4	Crise entre os poderes.....	69
Figura 5	Brasil após manifestações.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	POLÍTICA.....	6
2.1	Opinião Pública.....	15
3	TELEJORNALISMO.....	24
4	LINGUAGEM AUDIOVISUAL, CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS.....	35
5	METODOLOGIA.....	43
5.1	Protocolo de análise.....	46
6	ANÁLISE.....	49
6.1	Deputados federais Marcelo Freixo (PSD - RJ) e Ricardo Barros (PP - PR).....	49
6.2	Deputados federais Capitão Derrite (PL - SP) e Kim Kataguiri (UNIÃO - SP)....	61
6.3	Deputados federais Alessandro Molon (PSB - RJ) e Vitor Hugo (PL - GO).....	69
6.4	Deputados federais Luiz Lima (PSL - RJ) e Marcelo Ramos (PSD -AM).....	77
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
	REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo sobre o quadro “O Grande Debate”, da CNN Brasil, o objetivo é analisar, audiovisualmente, a construção das estratégias argumentativas dos políticos debatedores. E com o desenvolvimento desta análise, pretende-se, então, compreender de que forma o suporte e a linguagem audiovisual influenciam na construção discursiva por meio do uso de estratégias argumentativas. Ainda são finalidades deste trabalho estudar, a partir de levantamento bibliográfico, a influência dos debates televisivos para a construção da opinião pública e problematizar a utilização de estratégias argumentativas nos debates.

Para atender aos objetivos estabelecidos, foram desenvolvidos 4 capítulos teóricos. O primeiro deles, situado após esta introdução, é o que aborda a política, a partir das referências bibliográficas de Arendt (2002), Held (1987), Jambeiro (2002), Lippmann (2010), Maar (1994), Osakabe (1999). Essas que dão suporte para explicar o que é a política e como e em quais condições ela se manifesta na sociedade. Após essa exposição mais epistemológica, é destacada a relação entre a política e o audiovisual no Brasil, principalmente, em relação ao cerceamento da liberdade com a censura na televisão.

No segundo capítulo, o tema é a opinião pública, uma vez que ela orienta ações que envolvem tanto a política quanto o audiovisual, tendo em vista que políticos buscam estruturar a sua comunicação a partir do que o coletivo estabelece ser ideal para um representante, ou seja, a opinião pública guia os rumos da carreira administrativa do brasileiro. E quanto ao audiovisual, o seu destaque se dá na medida em que permite que a mensagem do político chegue a um público expressivo, visto que esse tipo de suporte é consideravelmente democrático para informação da população brasileira. Para a fundamentação dessas constatações, foram citados os autores Arendt (2002), Bisson (2022), Cervi (2006), Lippmann (2010), Pereira, Power e Renó (2005) e Soares (2021).

Já que o audiovisual se insere, de certa maneira, na propagação da opinião pública e o presente trabalho analisa os quadros de um programa do canal de notícias CNN Brasil, o terceiro capítulo fala sobre o telejornalismo, em específico, o brasileiro. Para isso, essa parte da pesquisa conta a história da televisão brasileira, percorrendo a criação da primeira transmissão televisiva, as disputas entre as emissoras, o desenvolvimento da programação e o surgimento e a evolução dos telejornais. Nesse mesmo contexto, o capítulo aborda a relevância do telejornalismo no

consumo de informações, como o diálogo entre a internet e a programação dos canais de notícias acontece e direciona certos rumos para a cobertura jornalística. Sendo assim, os principais estudiosos que foram citados para explicar todo o percurso histórico e as mudanças do telejornalismo foram os seguintes: Araújo (2017), Dias (2018), Oliveira (2022), Paternostro (1999), Traquina (2013) e Valle (2013).

O último capítulo, por conseguinte, estende o assunto do telejornalismo em três elementos fundamentais para a compreensão do funcionamento de um debate na televisão e de como os políticos debatedores podem conseguir convencer o público, que são a linguagem audiovisual, construção discursiva e estratégias argumentativas. Isso porque os três representam componentes de um debate televisivo, logo, a compreensão dos mesmos torna-se fundamental para constatar a relevância do audiovisual para o debate e para a análise da argumentação de políticos durante este trabalho. Em função disso, colaboram na fundamentação teórico do capítulo os autores Arnheim (2012), Breton (2003), Liakopoulos (2002), Lopes (2005), Osakabe (1999), Rose (2002) e Silva (2001).

Diante disso, os quatro programas do quadro “O Grande Debate” que foram analisados tiveram que atender a dois critérios, para que fossem selecionados para sua análise: serem os quadros com os maiores números de visualizações e possuírem políticos como debatedores. Em cada um dos quadros, há políticos distintos e com opiniões divergentes sobre o tema central do debate.

Assim, depois de selecionados, os quadros foram analisados a partir de uma visualização inicial, visando separar o debate em etapas e transcrever, de forma parcial, as perguntas, as principais informações sobre o assunto do debate, a opinião defendida pelo orador e os argumentos de destaque dos políticos. Em seguida, os programas foram assistidos novamente, a fim de identificar a minutagem de cada argumento, transcrever o trecho em que cada estratégia argumentativa está localizada e mencionar de qual família de argumento ela faz parte.

Por conta da maneira como se desenvolve a análise deste trabalho, evidencia-se que esta pesquisa é qualitativa, visto que não envolve número ou estatísticas para o entendimento das estratégias argumentativas dos debatedores. Além disso, a estrutura da análise revela e explica o momento político ou o assunto de destaque que será debatido, ou seja, a pesquisa também é explicativa.

Para contextualizar o próximo capítulo, é importante desta que “o jornalismo tem sua natureza essencialmente política” (MELO, 2008, p. 90), logo, as ações governamentais sempre mantiveram relevância no noticiário, o que fez, posteriormente, com que o assunto galgasse espaço com a sua própria editoria. Entretanto, ainda que informações político-administrativas interessem distintas camadas da sociedade, o jornalismo, por meio de escolhas editoriais, acaba por favorecer determinados atores oficiais, seja pelo interesse na informação da fonte seja na repercussão que ela vai causar.

Na mídia nos Estados Unidos, por exemplo, segundo Cook (2011), um acontecimento ganha espaço nos jornais somente quando repercute de forma expressiva na sociedade ou quando um político se pronuncia sobre o fato. Isso acontece porque, no caso norte-americano, a cobertura jornalística é, historicamente, voltada para ações de agentes oficiais e, conseqüentemente, mantém a imagem dessas autoridades em destaque midiático no noticiário. Por isso, “[...] muitos estudos sugerem que o papel político da mídia de notícias está em ampliar o alcance dos que já são politicamente poderosos. Nesse sentido, os jornalistas seriam influentes, principalmente, no apoio à autoridade oficial, e menos na alocação de valores” (COOK, 2011, p. 205).

No contexto brasileiro, a dinâmica da mídia com atores oficiais dos Estados Unidos também está presente. O audiovisual, além de ser objeto de análise deste trabalho e uma linguagem que privilegia a dinamicidade para disseminação de informações, constitui uma relevante maneira de figuras políticas serem reconhecidas pela população ou atraírem simpatizantes com os seus discursos. A popularidade e a semelhança alcançada entre a autoridade e o público nem sempre é orgânica, e sim construída, na medida em que se tem conhecimento do que interessa a linha editorial do jornal e para quem ele fala.

Além dos tradicionais debates em períodos eleitorais e entrevistas, um novo formato audiovisual televisivo vem crescendo, repercutindo no país e trazendo notoriedade a personalidades brasileiras, que é o quadro “O Grande Debate”, da CNN Brasil. Inspirado no “The Great Debate”, exibido pela mesma emissora nos Estados Unidos, o quadro brasileiro, que também possui a vertente voltada para investimentos, é composto por dois debatedores e um mediador, que protagonizam um debate que, segundo a CEO Renata Afonso, é “democrático, plural e propositivo”.

Diante do cenário de polarização, que veio se intensificando antes das eleições de 2018, o jornalismo profissional tem sido um grande alvo de ataques, os quais, em sua maioria, cobram por maior imparcialidade e, ao mesmo tempo, menos críticas e exposições da verdade sobre o governo brasileiro. Antes mesmo do início da pandemia em 2019, da piora da economia e do avanço do negacionismo, jornalistas já eram vítimas de ameaças e discursos ofensivos, vindos, principalmente, do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, mas essa realidade se intensificou com o passar dos meses. Foi nesse contexto que “O Grande Debate” se popularizou como uma programação que iria romper com a parcialidade e iria dar maior visibilidade aos governistas.

Embora o quadro da CNN tenha concentrado a audiência da emissora e repercutido, significativamente, nas mídias sociais, o desrespeito do mediador com a advogada Gabriela Prioli e as constantes trocas de debatedores que se envolviam em polêmicas ou discutiam com o comentarista Caio Coppolla foram diminuindo a credibilidade do debate. Isso acabou demonstrando que, além de possíveis favoritismos da CNN, discursos bem fundamentados conseguem ser enfraquecidos por aqueles que recorrem às estratégias argumentativas. Desse modo, a figura que já tinha apelo popular por seu posicionamento político, também conseguirá persuadir a sociedade a confiar na argumentação presente no seu discurso e dominar a opinião pública.

Após o encerramento em dezembro de 2020, o quadro voltou à programação da CNN Brasil com a mediação da jornalista Carol Nogueira e debatedores que são deputados, senadores, juízes, advogados, ex-ministros ou que são candidatos a cargos públicos. Temas como crise política, legislação, reforma tributária, Operação Lava-Jata e terceira via são pautados e viram perguntas para ambos os debatedores, os quais argumentam para fortalecer o seu posicionamento sobre os assuntos apresentados. Ao longo da colocação das personalidades, são utilizados, constantemente, recursos argumentativos que são capazes de persuadir o público ou induzir determinadas interpretações sobre a temática.

Atores oficiais já garantem significativa atenção dos jornais e, a partir disso, utilizam desse interesse para realizar ações e construir discursos que vão ganhar destaque nos noticiários. Entretanto, no caso de um debate televisivo, em que argumentação torna-se o principal ato para conseguir atrair o público e repercutir nas redes sociais, diversos políticos recorrem a estratégias que enganam, mascaram, diminuem ou dão ênfase a fatos. Com isso, este trabalho fará uma

análise de três programas do quadro “O Grande Debate” e revelará quais são os recursos argumentativos presentes nos discursos de debatedores da política brasileira.

2 POLÍTICA

A política constitui os “[...] movimentos que visam interferir na realidade social a partir da existência de conflitos que não podem ser resolvidos de outra forma” (MAAR, 1994, p. 8). Por isso, acompanhar as transformações da sociedade e os marcos relevantes da história são fundamentais para compreender que a política não se restringe à esfera política institucional.

A forma como organizações, pessoas, movimentos sociais e, até mesmo, a Igreja, se posicionam em relação a determinados assuntos ou definem como vão se relacionar na sociedade também representam políticas. Maar (1994) explica que as ações políticas da população são, muitas vezes, delimitadas a certas ações que interferem ou estão envolvidas com o poder institucional. Movimentos artísticos ou sindicais, por exemplo, possuem o seu valor político reduzido.

A evolução histórica em direção ao gigantismo das Instituições Políticas - o Estado onipresente - é acompanhada de uma politização geral da sociedade em seus mínimos detalhes, por exigir um posicionamento diário frente ao Poder. Mas ao mesmo tempo, traz consigo a imposição de normas com que balizar a própria aplicação da palavra política; procurando determinar o que é e o que não é “política” (MAAR, 1994, p. 11).

Essa delimitação do que é política fortalece o esquecimento de que o homem é um ser social e que as suas relações ao longo da história representam o que também é política. Na medida em que se cobra maior politização da sociedade e, ao mesmo tempo, não considera a contribuição dos indivíduos a partir do seu contexto e da sua interação com o coletivo, a política passa a representar um área cada vez mais restrita e que, conseqüentemente, desmotiva o entendimento e a participação do homem nela.

Para exemplificar as diferentes vertentes da política e revelar como a população pode ou, até mesmo, já atuou politicamente, elucidado as manifestações recentes que aconteceram no Brasil. Durante o mandato de Jair Bolsonaro, diferentes motivos levaram milhares de pessoas às ruas em diferentes períodos, porém, um dos primeiros e mais expressivos foi o congelamento de verbas destinadas à educação. Os protestos do dia 15 de maio, segundo o portal G1, foram presenciados em mais de 200 cidades e lotaram importantes avenidas de capitais brasileiras (PROTESTOS..., 2019).

Em resposta aos movimentos da oposição, o dia 26 de maio, ainda de acordo com o portal G1, reuniu milhares nas ruas de 156 cidades em 26 estados e no Distrito Federal para defender o governo Bolsonaro e as pautas da reforma da Previdência e o pacote anticrime, apresentado pelo então ministro da Justiça Sérgio Moro (CIDADES..., 2019). Além dessas manifestações, o mandato também foi marcado por várias “motociatas”, que, conforme portal da CNN Brasil, constitui o encontro de motociclistas, dentre eles o presidente, para percorrer estradas de cidades brasileiras em defesa de Bolsonaro.

Fora dos movimentos ligados ao Estado, a política também se dá dentro das instituições privadas. O programa *trainee* da loja de varejo Magazine Luiza ganhou bastante repercussão em 2020, segundo o portal Exame, por ser uma seleção exclusiva para pessoas negras, com objetivo de aumentar as chances de pessoas pretas ou pardas ocuparem cargos de liderança na empresa. Entretanto, o Ministério Público do Trabalho, o MPT, recebeu 11 denúncias por racismo e exclusão de pessoas de tons outros tons de pele, mas todas elas foram indeferidas. A conclusão do MPT foi que não se trata de violação trabalhista, mas de uma ação afirmativa de reparação histórica (MPT..., 2020).

Essas pressões que coexistem na sociedade são explicadas por Held (1987) quando o cientista político define o que resulta na ordem política, ao mesmo tempo que evidencia que o poder do Estado não é o único que determina as mudanças sociais, ainda que ele tenha significada relevância. A ordem pública se estabelece, então, por “uma complexa trama de interdependências entre instituições políticas, econômicas, e sociais e atividades que dividem os centros de poder e que criam múltiplas pressões para que estes cedam a elas” (HELD, 1987, p. 269).

O cenário contemporâneo de eclosão de movimentos sociais distintos demonstram, simultaneamente, a relação fragmentada das instituições de representação democrática do Estado com a sociedade e a força política que se desenvolve quando os interesses da população não são atendidos.

[...] a dissociação entre os órgãos que possuem o controle formal e aqueles com o controle real, entre o poder que se afirma terem as pessoas e seu poder real, bastante limitado, é impressionante. A percepção desta dissociação contribuiu para a formação de vários movimentos sociais poderosos, incluindo o movimento feminista, o movimento em favor do meio ambiente e o movimento anti-nuclear, que têm pressionado e continuam a pressionar para que a suas

exigências por maiores esferas de autonomia social e política sejam atendidas (HELD, 1987, p. 269)

A independência da população para lutar pelos próprios ideais e interesses reafirma a liberdade e a autonomia possibilitada na democracia brasileira. Todavia, o aumento de manifestações contrárias ao que institui os órgãos geridos pelo Estado pode confirmar que a sociedade não está sendo representada como a mesma pretendia ou acha que deveria. Por esse motivo, a política institucional e, conseqüentemente, o voto podem apresentar variações no seu grau de importância, dependendo do contexto brasileiro.

No Brasil, o estudo “Panorama Político 2022: opiniões sobre a sociedade e democracia”, divulgado pelo Instituto DataSenado, junto com a Universidade Federal de Brasília, a UnB, aponta que o interesse dos cidadãos com mais de 16 anos por política em dezembro de 2021 era 18%, aumento de 1 ponto percentual, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Entretanto, quando a comparação é feita com o ano de 2016, o interesse era de 21%, ou seja, o movimento foi de queda (BRASIL, 2022).

Por outro lado, quando observada a porcentagem de pessoas com médio, baixo e nenhum interesse em política no ano de 2016 e de 2021, ambos do mês de dezembro, o mediano caiu de 36% para 35%, o baixo saltou de 14% para 17% e o nenhum se manteve em 28% dos entrevistados.

O Instituto DataSenado também revelou as principais causas indicadas pelos participantes da pesquisa para o baixo interesse pela política. A principal delas é a falta de compreensão do sistema político, carência que foi explicada pelo sistema de ensino e o desejo de alienação dos atores oficiais, e, também, disseram que o sistema político age em benefício próprio e, por isso, não é capaz de mudar a realidade.

Por mais que pesquisas levantem os motivos dos entrevistados desacreditarem ou se afastarem da política, o número de jovens que retiraram o seu título de eleitor a tempo para votar em outubro bateu um recorde. O Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, contabilizou mais de dois milhões de brasileiros com mais de 16, 17 e 18 anos que passaram a ter a possibilidade de registrar o seu voto nas eleições de 2022. Isso significa que, em comparação com o ano de 2018, o número de jovens habilitados para eleger os seus representantes aumentou 47% (TSE..., 2022).

A política significa um movimento transformador construído historicamente a partir das atividades sociais. Embora a sua relevância na sociedade se diferencie em determinados anos, a

política de Estado tem se mostrado mais importante. Seja no aumento dos títulos de eleitor impulsionado pelo desejo de manifestar o descontentamento dessa parcela da população seja no fortalecimento e apoio à reeleição do governo atual, é por conta da existência da liberdade que os brasileiros conseguem agir politicamente e contribuir na gestão do país.

Independente da forma de administração pública, é a liberdade da população que permite a política funcionar, pois, até na democracia brasileira, a participação da sociedade pode ser relativizada. “Mesmo enquanto sistema representativo, a política governamental comporta-se como tutor paternalista dos interesses públicos. Depois de escolhidos, os representantes tornam-se autônomos [...]” (MAAR, 1994, p. 71). Em vista disso, destaca-se o valor da compreensão pelos brasileiros do que é a política e como os movimentos sociais conseguem se comportar como agentes políticos institucionais.

O entendimento sobre política deste trabalho está fundamentado no que também compreende e coloca Hannah Arendt a respeito do tema. De acordo com a filósofa, “[...] a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDR, 2002, p. 7). Em vista disso, a política é considerada um meio que assegura a vida e o desenvolvimento social.

Ainda que a política funcione como uma maneira de garantir a coexistência da manifestação de posicionamentos distintos e o diálogo entre os homens, a população deve ser livre.

Para nós, só importa aqui o fato de entendermos liberdade como algo político, e não como o objetivo mais elevado dos meios políticos, e que pressão e violência sempre foram, na verdade, meios para proteger o espaço político, ou para fundá-lo e ampliá-lo — mas sem serem políticos em si como tal. São fenômenos marginais que pertencem ao fenômeno da coisa política e, por causa disso, não são ela (ARENDR, 2002, p. 23).

A liberdade constitui uma condição fundamental para a existência de um espaço político, bem como para o desenvolvimento de medidas democráticas para solução dos anseios da população. Caso contrário, não se trataria de política, e sim de uma antipolítica, antagonismo que existe na sociedade e já marcou várias décadas da história internacional.

Nesse sentido, “a resposta que empurra o homem para o ponto central das preocupações do presente e que acha que deve modificá-lo, remediá-lo, é apolítica em seu sentido mais profundo” (ARENDRT, 2002, p. 12). Isso significa que não é por meio da mudança de um indivíduo que algum problema ou crise social será resolvido, mas sim na alteração de uma instituição ou associação, na medida em que a forma como as mesmas funcionam impactam aqueles que estão sob sua influência.

De acordo com as considerações de Arendt (2002), o comportamento do homem sob um Estado que não permite a liberdade da população é exemplificado a partir do tipo de administração que a filósofa chama de totalitária, o que permite a interpretação de que em outros governos é possível haver liberdade.

Em compensação, Held (1987) apresenta, a partir da obra “O Manifesto Comunista”, que o também filósofo Karl Marx apresentava um raciocínio oposto sobre a conquista da liberdade. Para Marx, era impossível o homem ser livre enquanto ele fosse explorado, ou seja, estivesse inserido em uma sociedade capitalista dividida em classes (HELD, 1987).

Devido ao controle dos trabalhadores pelas elites e a competição pelo capital, Marx considera que o ideal seria uma sociedade democrática controlada pelo proletariado. Mesmo sem retirar a importância e o objetivo de alcançar a liberdade, ao contrário de Arendt, o estudioso descarta a política como um agente transformador.

O fim da política (ou o fim da era do Estado) significa a transformação da vida política como conhecida nas sociedades burguesas; ou seja, o desmantelamento da política como uma esfera institucionalmente distinta da sociedade para perpetuar o governo de classes (HELD, 1987, p. 111).

Por mais que, da perspectiva de Marx, a sociedade deveria caminhar para o socialismo e, posteriormente, para o comunismo, a política não iria ter um fim e o papel do Estado não desapareceria, mas sim seriam modificados tanto na forma e quanto com relação aos agentes administradores. Assim aponta a descrição do modelo comunista: “[...] uma forma de vida na qual a sociedade e o Estado estariam totalmente integrados, onde o povo governaria seus assuntos de forma coletiva [...]” (HELD, 1987, p. 118).

Portanto, tendo em vista que a política acompanha o desenvolvimento e a estruturação do que pode ser considerado ideal para o coletivo, a liberdade mostra-se uma necessidade que é considerada um consenso entre diferentes pensadores. Dessa maneira, torna-se essencial

explicitar como a política se dá em uma sociedade sem liberdade e qual o comportamento que os homens passam a apresentar quando inseridos nesta conjuntura.

Em regimes totalitários, a sociedade passa a seguir leis da natureza, ou seja, aquelas que permitem ao homem justificar a condenação de indivíduos. Assim como a superioridade racial dos brancos europeus, “é possível encontrar na doutrina da seleção natural e da doutrina da sobrevivência do mais apto, sua utilização como argumentos que caíram muito bem para suprir a necessidade de justificação sob a roupagem de correntes “científicas” (GONÇALVES, 2015, p. 189). Na medida em que o Estado despreza ou determina certo fim para um grupo e o seu embasamento ultrapassa interesses coletivos, a sociedade, incentivada também pelo terror instituído pelos governos totalitários, relativiza a tortura e a morte.

A partir da existência de leis da própria natureza ou da história, o predominate estado de terror e o fim das liberdades individuais, a oposição deixa de existir e a morte passa a ser banal, tendo em vista que a finalidade é assegurar a conservação de uma raça considerada superior e, conseqüentemente, exterminar os indivíduos que não fazem parte dela.

Sendo assim, o terror deve executar as sentenças de morte que a Natureza e a História supostamente pronunciaram contra aquelas raças ou aqueles indivíduos indignos de viver, sem ter de esperar pelos processos mais demorados e menos eficazes da própria Natureza ou História (ARENDRT apud REIS, 1990, p. 518).

Historicamente, o nazismo foi uma ideologia que orientou o funcionamento do regime totalitário na Alemanha, por meio das ações do partido de extrema-direita, o Partido Nazista, liderado por Adolf Hitler, personalidade que atuou como soldado na Primeira Guerra Mundial, conflito que resultou em severas perdas econômicas e conseqüências históricas para os alemães.

O racismo e o antissemitismo foram dois dos principais componentes da ideologia nazista. Enquanto o primeiro discriminava pessoas que não eram da raça germânica ou faziam parte de uma minoria, o segundo se tratava do ódio contra pessoas de origem semita, ou seja, judeus ou árabes. E o destaque dessas duas características do nazismo se dá pelas ações que se desenrolaram ao longo desse regime totalitário e deixaram marcas no presente.

O ódio aos judeus, além de institucionalizado, também movimentou, segundo o Yad Vashem, memorial das vítimas do Holocausto, a desapropriação dos judeus dos seus direitos e das suas propriedades e, após a invasão da União Soviética, o extermínio desse grupo que. De

acordo com o portal Yad Vashem, em 1945, quase seis milhões já tinham perdido a vida, segundo (WHAT..., [2022?]).

No filme “A Banalidade do Mal”, que retrata a história e os desafios de Hannah Arendt durante o desenvolvimento de artigos e do livro “Eichmann em Jerusalém”, o modus operandi da ideologia nazista é destacado e a compreensão das atitudes do homem são justificadas a partir da influência do que foi mencionado anteriormente: o terror e as leis. Ainda, a obra ressalta a forma desprendida de partidos ou inclinações político-ideológicas de Arendt para construir a sua análise sobre o julgamento de um homem que contribuiu no funcionamento dos campos de concentração.

Por vezes, o estudo da política segue o que o autor considera ideal enquanto motivo de defesa de um modelo econômico, proposta social ou legislação. Entretanto, Arendt evidencia o compromisso com o estudo filosófico e como a ausência de liberdade compromete a política. Isso aconteceu durante o acompanhamento do julgamento de Adolf Eichmann¹, em Jerusalém, Israel, a convite da revista *New Yorker*.

As produções de Arendt apontam que a maioria das acusações não possuem relação com o réu como pessoa e que as suas contribuições foram resultantes da falta de reflexão e da incapacidade de pensamento, diante das predisposições do nazismo. Além disso, mesmo com duras críticas e retaliações, a filósofa revela que, caso os judeus estivessem sem liderança e desorganizados, as consequências do totalitarismo na Alemanha teriam sido menores. Nesse sentido, Arendt interpreta que aliados dos judeus também fomentaram o holocausto, bem como é mostrado no em “A Banalidade do Mal”.

A experiência do poder totalitário de propostas políticas assentadas na mobilização popular também sugere a necessidade de uma transformação das consciências individuais. Sob o nazismo, Hitler facilmente conseguia apoio majoritário, porque acrescentava à sua proposta política uma proposta cultural em que se interiorizam na própria consciência individual os moldes autoritários (MAAR, 1994, p. 25).

¹ Adolf Eichmann era a pessoa encarregada de inserir as pessoas nos trens que tinham como destino final os campos de concentração. Por essa contribuição no curso do holocausto, perseguição de judeus e das minorias, Eichmann teve que ser julgado e foi considerado uma pessoa mal e responsável por ceifar a vida de milhões de pessoas. Porém, ainda que grande parte da população culpasse o ex-funcionário de Hitler, Arendt expôs o seu pensamento contrário a respeito das conclusões sobre o homem.

De acordo com a filósofa, Eichmann basicamente agiu conforme a lei e se manteve leal ao regime da época, o que não o tornava ignorante ou uma exceção, visto que existiram milhares de pessoas do mal igual a ele. Partindo da análise do contexto, o réu havia sido condenado sem que fosse levado em conta o sistema, principalmente, o antissemitismo, e o que continha no código penal antes da existia do julgamento dos funcionários nazistas.

Fora o terror que menciona Arendt a respeito do regime nazista, “Hitler viu na propaganda uma grande chance de instalar seu controle sobre as massas. Ela poderia trazer a persuasão através da alienação das massas para alcançar os objetivos de extermínio impostos por ele mesmo” (NOGUEIRA; ROSSI, 2017, p. 8). Assim, as mídias da época era controladas com objetivos políticos que envolviam tanto o antissemitismo quanto o culto ao líder.

No Brasil, a política também direcionou os rumos dos meios de comunicação, mesmo que de forma menos agressiva. Os interesses do governo militar que estava vigente nos anos 60, ou seja, época do desenvolvimento das emissoras acabou influenciando na forma como a programação do audiovisual brasileiro seria construída.

A partir de mecanismos regulatórios e incentivos econômicos, os militares utilizam do alcance da TV para promover a industrialização, consolidar um mercado de massa nacional para bens materiais e simbólicos e “[...] acima de qualquer outra coisa estava o desejo de esmagar qualquer tipo de ato ou pensamento socialista e esquerdista, mesmo quando mascarado como democrático” (JAMBEIRO, 2002, p. 74).

Enquanto a ditadura militar continuava no Brasil, a indústria televisiva recebeu diversos subsídios, como isenção de impostos para importação de equipamentos, estagnação das taxas dos serviços de telecomunicação e o desenvolvimento de uma estrutura nacional para que a televisão pudesse se consolidar em redes nacionais.

Com o fim do regime ditatorial e a criação da Constituição de 1988, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), composta por grupos econômicos e políticos organizados, a presidência da República e o Ministério das Comunicações passaram a ser contestados pela sociedade e tiveram que abrir espaço para novos agentes com poder de decisão sobre a televisão brasileira (JAMBEIRO, 2002). Esse último Ministério, por exemplo, passou a ter o parlamento nacional como o responsável pela decisão final da concessão de canais.

Os novos agentes que passaram a dividir o protagonismo na regulação da televisão brasileira foram o Fórum pela Democratização da Comunicação, uma assembleia de organizações e indivíduos influentes da sociedade civil, da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) e a Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados. Posteriormente, foi instalado, então, o Conselho de Comunicação Social, que também se juntou aos demais

grupos, para buscar um cenário mais democrático para a concessão e o processo de regulação da televisão brasileira (JAMBEIRO, 2002).

Embora o contexto controlado pelo Ministério das Comunicações e pela Abert tenha sofrido modificações e ganhado mais vozes da sociedade e da política, a televisão brasileira ainda continua sendo pouco democrática em várias partes do país. Assim como aponta o levantamento feito em 10 estados pelo portal Intervozes sobre a prática ilegal de políticos de serem proprietários de canais de rádio e TV. Nas 10 cidades com mais de cem mil habitantes e no Distrito Federal analisados, foram revelados, pelo menos, trinta e quatro candidatos a cargos na política donos de emissoras de rádio e televisão.

Os resultados do levantamento, segundo o Intervozes, ainda seriam maiores, caso fossem investigadas as cidades com menos habitantes que as contempladas pela pesquisa. Essa realidade revela que, mesmo que o primeiro item do Artigo 54 da Constituição diga que os deputados e senadores não poderão “firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes” (BRASIL, 1988).

Portanto, o que se tem é uma pseudo liberdade no audiovisual brasileiro. E isso pode ser explicado pela natureza da política e o que se entende por ser livre dentro de um coletivo.

Não importa como seja a relação entre cidadão e Estado: liberdade e política continuam separadas uma da outra da maneira mais categórica, e ser livre no sentido de uma atividade positiva a se desenvolver livremente está localizado num âmbito que trata de coisas que, de acordo com sua natureza, não podem ser, em absoluto, comuns a todos, ou seja, trata da vida e da propriedade, quer dizer, trata daquilo que é próprio da maioria. (ARENDETT, 2002, p. 28)

Sabendo dessa separação entre liberdade e política, a produção de debates entre atores oficiais na televisão significa uma oportunidade dos cidadãos conhecerem os seus representantes ou se verem representados. Embora a pauta do programa e as perguntas feitas aos debatedores sigam a linha editorial e os interesses da emissora, o momento não deixa de constituir um respiro de liberdade de expressão e uma chance de expandir o alcance de um discurso.

Por mais que a participação política de um emissor, tanto na mídia quanto em movimentos, possa significar transparência e proximidade com o seu público, os seus discursos

possuem, em grande parte, a intenção de influenciar a opinião pública. O convencimento e a persuasão tornam-se, então, objetivos diferentes para atores distintos da política nacional.

[...] uma das distinções fundamentais entre o discurso político-teórico e o discurso político-militante (tomemos, respectivamente, como locutores Oliveira Viana e Getúlio Vargas) se situa no plano de uma tipologia, definível quer pela sua estruturação, quer pelo seu contexto e pelo público a quem se dirige. A argumentação sociológica e o apelo emotivo, de um lado, e o ouvinte intelectualizado e o povo brasileiro, de outro, definem bem os móveis que orientam a prática de, no primeiro caso, um ato de convencer e, no segundo caso, um ato de persuasão (OSAKABE, 1999, p. 60).

Considerando o que afirma Osakabe (1999) em relação à intenção dos discursos políticos e levando em conta o expressivo impacto social dos movimentos políticos da sociedade, “[...] não se pode pensar o discurso como realização de um único ato de linguagem, mas que pode ser caracterizado pela dominância de um ato sobre outros” (OSAKABE, 1999, p. 62). O raciocínio do autor, por consequência, aponta para o valor da opinião pública no amparo do discurso de um agente oficial, haja vista que a sociedade orienta a forma como a argumentação será construída, sendo ela para convencer ou para persuadir.

Assim sendo, antes da compreensão das estratégias argumentativas, revela-se fundamental explicitar o que é a opinião pública, como ganha forma na sociedade e consegue ser determinante nas decisões políticas referentes à construção discursiva.

2.1 Opinião Pública

Entre a política e as estratégias argumentativas, a opinião pública se destaca como um instrumento de orientação dos discursos, de auxílio da construção da imagem e das iniciativas dos atores oficiais. Desde uma das primeiras formas de governo, bem como afirma Lippmann (2010), os personagens monárquicos são, notoriamente, personagens fabricados, até na democracia representativa, a influência da opinião pública consegue ser notada.

Grandes homens, mesmo durante o período de suas vidas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia. [...] Se eles acreditam em suas imagens públicas, ou se moralmente permitem que o camareiro as gerenciem, há pelo menos dois seres distintos, o ser público e o régio, o privado e o humano (LIPPMANN, 2010, p. 24).

Diante do desenvolvimento dos perfis distintos que os atores oficiais revelam na sociedade, dependendo do contexto em que eles se colocam, este trabalho explica como a opinião pública se constrói e fundamenta análises e observações sobre as ações políticas na sociedade. Por mais que a opinião pública seja o objeto de estudo de vários pesquisadores e tenha sido explicada a partir de raciocínios diferentes, as resoluções de Lippmann que servem de suporte para o capítulo.

A opinião pública começou a ser estudada no século XX para explicar o consentimento público com determinadas ações, as quais desencadearam na pesquisa dos fatores que provocavam mudanças nas atitudes de um grupo (LIPPMANN, 2010). Esses eram a propaganda e os aspectos abstratos contrários ao coletivo em que o homem fazia parte e, por isso, mantinha eles afastados do conhecimento do grupo. Devido a essa omissão das convicções de um indivíduo e à influência das propagandas, a opinião pública não seria constituída por um resultado fidedigno das interações do coletivo. Por consequência, a orientação das iniciativas da elite pela opinião pública poderiam sofrer manipulações e não atenderem ao bem comum. (LIPPMANN apud CERVI, 2006, p. 22).

Desde a percepção da maneira como a opinião pública pode manipular o orador, o discurso de políticos passou a ser aprimorado, de maneira que o alvo da manipulação se transformasse em orador persuasivo. Isso ocorre quando o analista da opinião pública começa “[...] reconhecendo a relação triangular entre a cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena da ação” (LIPPMANN, 2010, p. 31).

Opinião pública constitui, em um dos seus significados, os sentidos que conversam com comportamentos humanos que estabelecem relações entre si. Mas, além disso, Lippmann também atribui outras definições para essa expressão:

As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome de grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas (LIPPMANN, 2010, p. 40).

Embora a análise deste trabalho seja das estratégias argumentativas nos discursos de políticos, a compreensão da opinião pública mostra-se essencial para o entendimento do

raciocínio que o ator oficial utiliza para alcançar o discurso ideal. E, assim, atingir os seus objetivos, como a persuasão do seu eleitorado e a construção da sua personalidade fictícia na mente da população.

Desconsiderar a opinião pública no momento de análise do potencial do homem, em especial dos candidatos a assumir um cargo na administração pública, pode, muitas vezes, levar a uma conclusão incompatível com o resultado de uma eleição, por exemplo.

Tem havido organizadores de opinião competentes que entendem muito bem o mistério de criar maiorias no dia de eleição. Mas estes organizadores têm sido considerados pela ciência política como personagens menores ou com “problemas”, não como possuidores do mais efetivo conhecimento existente de como criar e operar a opinião pública (LIPPMANN, 2010, p. 224).

O resultado das eleições da Ucrânia revelam o que diz Lippmann sobre as considerações da ciência política a respeito dos organizadores de opinião. No país do leste europeu, como mostra o portal El País, o humorista Volodymyr Zelenski, de 41 anos, sem nenhuma experiência política, obteve a maioria dos votos no processo eleitoral de 2019 e derrotou o veterano Petro Poroshenko. A vitória foi com mais de 42% dos votos apurados, ou seja, mais de 70% do eleitorado (SAHUQUILLO, 2019).

Zelenski, agora presidente da Ucrânia, conseguiu a confiança da população de um dos países mais pobres da Europa e assumiu o desafio de enfrentar os embates com a Rússia, que invadiu a Ucrânia em fevereiro deste ano e provocou diversas mortes e levou diversos ucranianos a se refugiarem em outras regiões. Além disso, Zelenski é uma personalidade que tornou-se relevante para a explicação de como o audiovisual contribui na influência da opinião pública por políticos. Em relação a sua campanha eleitoral, de acordo com a reportagem do BBC, os comícios foram dispensados e a preferência foram as redes sociais, ao invés da imprensa, para Zelenski se dirigir aos eleitores (QUEM..., 2019).

A construção da carreira política do presidente da Ucrânia recebeu, em grande parte, incentivo do audiovisual, na medida em que se apropriou da nomenclatura da série televisiva que participou, “Servo do Povo”, também nome do seu partido político, e da própria figura de Zelenski enquanto humorista. Durante sua atuação no audiovisual, o presidente protagonizou o personagem de um professor do ensino médio que gravou um vídeo contra a corrupção, o qual viralizou, tornou o docente famoso e fez com que fosse eleito presidente (QUEM..., 2019).

Semelhante a ficção, Zelenski também grava vídeos para as suas redes sociais e, dentre os conteúdos, realiza manifestações contra a corrupção, reforça o seu posicionamento em relação a diferentes assuntos, desmente afirmações e informa a população. Enquanto a guerra entre a Rússia e a Ucrânia permanecia em curso, também foi o audiovisual que mostrou-se fundamental para a comunicação do presidente.

[...] os vídeos “horizontais” que Zelenski postou nas redes sociais com seu celular, desde os primeiros dias da invasão, foram um contraponto eficaz à desinformação russa. Zelensky produz suas próprias imagens como os ucranianos produzem suas armas improvisadas, preparando-se para lutar contra o exército russo: ele faz seus vídeos como coquetéis molotovs (BISSON, 2022, p. 24).

Portanto, seja na televisão seja nas redes sociais, o audiovisual corresponde a um importante meio de comunicação com os eleitores e demonstra, de fato, que os seus operadores são indivíduos inteligentes e sabem operar a opinião pública. Ainda, “num regime de poder iconopolítico², as séries televisivas tornam-se máquinas eleitorais, agentes políticos plenos, mais poderosos que os partidos” (BISSON, 2022. p. 24).

No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro, transformou-se em uma figura importante quando o tema é o uso do audiovisual. Ao longo do mandato, iniciado em janeiro de 2019, várias transmissões ao vivo foram realizadas por meio do canal de Bolsonaro³ no *Youtube*, que soma mais 3,7 milhões de seguidores e mais de 100 mil visualizações em suas *lives*.

Diante dessas transmissões pelo *Youtube*, Bolsonaro reforça ainda mais as suas estratégias populistas e dialoga com o seu público de maneira mais íntima e menos corporativa, usando, muitas vezes, camisa de futebol, ao invés do terno.

Se coloca (*sic*) como um integrante do povo, conversando sem qualquer tipo de solenidade, reforçando e construindo a versão dos fatos que ele pretende que sejam tomados como verdadeiros. Como um velho amigo dos espectadores, lamenta as dificuldades que lhe são causadas pelos seus supostos inimigos e aconselha os seus apoiadores [...] (SOARES, 2021, p. 42).

² “[...] iconopolítica: a imagem é um instrumento de poder, não apenas um poder sobre a opinião, mas um verdadeiro *conatus*. Uma imagem pode aumentar ou diminuir nosso poder de agir” (BISSON, 2022, p. 22).

³ CANAL do Jair Bolsonaro. [S. l. : s. n.], [2022?]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/jbolsonaro>. Acesso em: 12 jun. 2022.

O estudo de Soares (2021) sobre os elementos do populismo nas *lives* do presidente durante a gestão do primeiro ano da pandemia de coronavírus no Brasil mostra que o sensacionalismo, é o mais recorrente em seu discurso, seguido da criação de inimigos. Conforme a autora em sua pesquisa, o populismo é descrito de várias maneiras e por diferentes estudiosos, porém, uma explicação específica apresentada por Soares (2021) será considerada neste trabalho. Essa será, portanto, a de que “[...] o populismo não é uma ideologia, mas uma forma de poder. É o uso demagógico que um líder carismático faz da legitimidade democrática, [...], agindo à margem das leis, instituições e liberdades, ganhando votos com mentira e manipulação” (KRAZE apud. SOARES, 2021, p. 10).

Além disso, o sensacionalismo equivale ao que é “aplicado a todas as referências que buscam causar impacto, chocar os espectadores ou a opinião pública;” (SOARES, 2021, p. 31). Já os outros elementos do populismo apontados pela autora são as referências antissistema, a comunicação direta com o povo, a criação de inimigos, o descrédito da imprensa oficial, a liderança carismática, a polarização, entre outros. Logo, essa atmosfera, caso bem desenvolvida, junto a elementos e retóricas persuasivas, que foi criada no audiovisual, semelhante ao que faz Zelenski na Ucrânia, torna o público de Bolsonaro cada vez maior na internet.

Ao comparar os números do canal do *Youtube* de Bolsonaro com o seu principal adversário na política, o ex-presidente Lula, o desempenho do atual chefe do executivo fica evidente. Enquanto as transmissões ao vivo do canal de Lula⁴ não ultrapassam 100 mil visualizações, com exceção da que exibe o presidenciável discursando após as anulações das condenações da Operação Lava-Jato, dezenas de *lives* de Bolsonaro ultrapassam 200 mil visualizações. Além disso, enquanto o primeiro político possui mais de 400 mil inscritos em seu canal, o segundo possui 3 milhões (dados coletados no dia 12 de junho, na plataforma Youtube).

Nesse contexto, o uso exagerado do populismo, junto com os números levantados do canal de Bolsonaro no *Youtube* apontam para a relevância que o presidente possui, apenas a partir do audiovisual, para influenciar a opinião pública.

Considerando-se, então, o investimento de atores oficiais no audiovisual, tanto pelo exemplo da Ucrânia quanto pela figura nacional, o poder e a importância que o uso da imagem na política tornam-se crescentes ao longo das últimas décadas. Isso porque, “toda política hoje é

⁴ CANAL do Lula. [S.l. : s. n.], [2022?]. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/LulaOficial>. Acesso em: 12 jun. 2022.

em parte uma iconopolítica: a imagem é um instrumento de poder, não apenas um poder sobre a opinião, mas um verdadeiro *conatus*. Uma imagem pode aumentar ou diminuir nosso poder de agir” (BISSON, 2022, p. 22).

Entretanto, ainda que o audiovisual tenha expressiva importância e a imagem seja fundamental para o ator oficial, uma vez que é construída estrategicamente para a aumentar sua popularidade, eles não são suficientes para um ser efetivamente político. Para que a política aconteça, o principal agente é a interlocução entre os atores sociais.

[...] a comunicação política não se resume à mensagem nem ao aparato técnico de produção, sendo mais do que um esquema operacional de transmissão, mas uma prática instituinte que põe em cena interlocutores capazes de intervenção, reciprocamente referenciados; uma realização discursiva que ganha existência própria e assume papel de determinação (CERVI, 2006, p. 76).

Diante da capacidade de intervenção apontada por Cervi, a realização dos debates políticos no audiovisual mostra-se importante para a comunicação política, uma vez que as personalidades envolvidas citam suas respectivas opiniões sobre temáticas e perguntas citadas ao vivo e, ainda, rebatem ou questionam os argumentos vindos de um outro político. Nesse sentido, os atores oficiais são colocados em uma posição que corrobora a construção de uma figura transparente para o eleitor.

Segundo a hipótese da Espiral do Silêncio, de Noelle-Neuman, o indivíduo evita expor o que pensa quando tem conhecimento da opinião da maioria da sociedade, o que acaba, então, provocando o seu silenciamento. Isso representaria, desse modo, “[...] uma lei fundamental da opinião pública, que é expressa por aqueles que se sentem como integrantes da maioria e que expressam suas opiniões [...] (NOELLE-NEUMAN apud CERVI, 2006, p. 83,)”. Entretanto, por meio dos debates no audiovisual, ideologias e opiniões distintas são oralizadas e tornam-se mais populares para os telespectadores e usuários da internet

Por ser consideravelmente democrático e alcançar um grande número de pessoas, o audiovisual possibilita que uma parcela expressiva da população tenha informação sobre opiniões e realidades distintas. Em um contexto de censura e controle dos meios de comunicação, em que há esforços para que seja aceita uma determinada ideologia que atenda aos interesses do Estado, como nos governos citados por Hannah Arendt no item 2.2 como autoritários, a formação da opinião pública ocorre a partir do que a classe dominante determina.

Retomando a pesquisa do Instituto DataSenado, também do item 2.2, o sistema de ensino é um dos motivos da falta de compreensão da política, dificuldade que é citada pelos entrevistados como uma finalidade dos atores políticos. Diante disso, a opinião do público torna-se mais suscetível a ser controlada.

Na ausência de instituições e educação através das quais o ambiente seja tão bem reportado que as realidades da vida pública se coloquem agudamente contra a opinião autocentrada, os interesses comuns muito amplamente escondem a opinião pública inteiramente, e podem ser administradas somente por uma classe especializada cujos principais interesses pessoais chegam além da localidade (LIPPMANN, 2010, p. 267).

Nesse sentido, em uma sociedade em que persistem as lacunas no sistema de ensino para a educação política, parte da população será subordinada ao que Lippmann chama de opinião autocentrada e as suas opiniões silenciadas.

Independente da disposição das instituições para considerarem a manifestação da população, a sociedade contemporânea dispõe de um recurso que provoca o movimento da administração pública no sentido de resolver questionamentos ou de evitar a queda de sua popularidade. As pesquisas de opinião pública realizadas por institutos independentes, como o Datafolha⁵, ou por veículos de comunicação obtêm os resultados de entrevistas feitas com um grupo de cidadãos em quantidade ou localização determinadas pela tema da pesquisa.

Atualmente, a proliferação das pesquisas de opinião pública e a expressiva melhora das técnicas de amostragem oferecem informações mais do que suficientes para os políticos sobre o que o público quer (BREHM, 1996). A cada semana, pesquisas indicam a satisfação dos eleitores com os governantes e suas opiniões sobre políticas específicas (PEREIRA; POWER; RENNÓ, 2005, p. 407).

Em determinados casos, a conclusão das pesquisas de opinião consegue determinar a intenção de voto da população e, por isso, provocar a criação de projetos e mudanças durante o mandato do político que deseja se eleger. Porém, em algumas ocasiões, os resultados são contestados, como fez o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), em 2020, meses antes das eleições municipais, quando criticou os institutos Datafolha e Ibope e fez

⁵ Informações a respeito da história do Datafolha estão disponibilizadas no link: <https://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/historia/index.shtml>.

declarações falsas sobre o método de pesquisa utilizado durante uma live (AFONSO, 2020). Nesse mesmo período pré-eleitoral, em uma coletiva de imprensa, Crivella também já acusou os institutos de divulgarem levantamentos tendenciosos, além dos seus donos terem preferências (CRIVELLA..., 2020).

Por outro lado, os resultados das pesquisas de opinião pública podem divergir com as preferências da sociedade. Isso ocorre pois, bem como aponta Marcelino (2020) em sua coluna no portal Jota, as opiniões podem mudar de um dia para o outro e as amostras selecionadas aleatoriamente de toda a população não representam perfeitamente o total de eleitores (MARCELINO, 2020). Em razão desses pontos, toda pesquisa possui uma margem de erro e não assegura o resultado da eleição que revela um levantamento, apenas indica como está o cenário das intenções de voto no momento em que as entrevistas foram realizadas.

Se há um feedback recíproco, ou seja, a opinião pública influencia depois as escolhas dos políticos, isso indica que estes estão respondendo às demandas populares. Caso contrário, se a opinião pública não afeta de modo algum as escolhas dos políticos, trata-se de uma clara indicação de que os representantes têm grande liberdade para fazer o que julgam melhor (PEREIRA; POWER; RENNÓ, 2005, p. 410).

Embora a pesquisa da opinião pública possua limitações e questionamentos de autoridades, a sua repercussão e importância social é inegável, principalmente, quando analisamos a preocupação de políticos com os resultados levantados. A exemplo do ex-prefeito Crivella, mencionado anteriormente sobre as ocasiões em que criticou as pesquisas, após esses mesmos ataques durante a coletiva, agradeceu a Bolsonaro e pediu o apoio do presidente novamente. Ainda, Crivella afirmou que iria buscar alianças entre o eleitorado conservador, de direita e evangélicos.

As críticas à pesquisa, seguidas do apelo do ex-prefeito pelo apoio de Bolsonaro e a manifestação dos grupos que desejam fazer aliança, demonstram que Crivella não tinha uma base eleitoral forte e votos significativos dos cariocas, como as pesquisas indicavam. No caso da pesquisa divulgada pelo Datafolha no dia 28 de novembro de 2020, ou seja, um dia antes das eleições municipais, Eduardo Paes (DEM) liderava as pesquisas com 68% dos votos válidos, contra 32% de Crivella (SHORES, 2020).

Em 29 de novembro de 2020, de acordo com o portal G1, Paes foi eleito com 64% dos votos, contra quase 36% de Crivella, e venceu em todas as 49 zonas eleitorais do Rio de Janeiro (BARREIRA, 2020).

[...] uma vez escolhidos pelos eleitores, os políticos podem se entregar a um comportamento oportunista ex post pelo simples fato de que os “principais” (os eleitores) não podem fazer que se cumpra de modo perfeito e sem custo um compromisso ex ante digno de crédito assumido pelos “agentes” (os políticos) de agir em defesa dos melhores interesses dos “principais” (PEREIRA; POWER; RENNÓ, 2005, p. 404).

O discurso questionador de um político sobre dados que mensuram a opinião pública a respeito de um processo eleitoral que o coloque em desvantagem consegue indicar a preocupação da personalidade a respeito da pesquisa e, ao mesmo tempo, a tentativa de enfraquecer o resultado do levantamento por meio da argumentação.

Além disso, como mostrado na apresentação deste trabalho, a imprensa assegura significativo espaço do noticiário referente às declarações de atores oficiais e, junto à linguagem e ao alcance do audiovisual, esse meio mostra-se um espaço importante para a disseminação do discurso de políticos. Diante da relação entre a política e o audiovisual, cabe apresentar como esse laço se firmou e se manteve ao longo das décadas, a partir do resgate do início do desenvolvimento da televisão no Brasil.

3 TELEJORNALISMO

A história da televisão brasileira se inicia nos anos 50, após o Brasil ter engatado no processo de industrialização do governo de Getúlio Vargas e ter desenvolvido áreas importantes para o crescimento do país, em especial, nos centros urbanos, como a educação e as atividades comerciais. Também nesta época, um único homem controlava os meios de comunicação que antecederam a TV, que foi o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, proprietário da empresa Diários e Emissoras Associadas, da qual faziam parte os jornais, revistas e emissoras de rádio, como a reconhecida Rádio Tupi (PATERNOSTRO, 1999).

Em função da falta de registros da época, transmissões de imagens que teriam ocorrido em eventos e experimentos da Rádio Nacional que, em sua maioria, contaram com a presença de técnicos estrangeiros foram desconsiderados na história nacional como os pioneiros da televisão brasileira. Foi a aposta de Chateaubriand, junto com técnicos norte-americanos da RCA, na transmissão televisiva que ficou marcada como a responsável pela instalação e retransmissão das primeiras imagens dos Diários Associados. Após essa conquista, o Brasil ganhou, em 18 de setembro de 1950, a sua primeira emissora de televisão, a PRF-3 TV Difusora, posteriormente TV Tupi.

O rádio que, até então, era o detentor da audiência e da comunicação de massa, passou a disputar com o aprimoramento das emissoras de televisão nacionais. O investimento de Chateaubriand possibilitou a expansão dos pontos de TV pela cidade de São Paulo, a exibição ao vivo do espetáculo TV na Taba e, em janeiro de 1951, surgiu a TV Tupi do Rio de Janeiro, a segunda emissora brasileira. Desde então, noticiários, debates, entrevistas, programas de auditório e radiofônicos na televisão, entre outros gêneros, começaram a ser criados, ao passo que novas emissoras também eram fundadas.

No final da década de 1950, existiam 6 emissoras, que eram Tupi Rio, Excelsior, TV Tupi, Record, Paulista e Itacolomi. Entretanto, somente a Tv Tupi conseguiu realizar a primeira gravação com o videotape, equipamento que chegou no Brasil na década de 60 e que permitia a gravação e a edição de imagens para serem reproduzidas em seguida (PATERNOSTRO, 1999).

Nesse contexto, “os anos 60 consolidam a TV no Brasil. Na disputa pelas verbas publicitárias ela assume, definitivamente, o seu caráter comercial: começa a briga pela audiência! Uma briga que dura até hoje, cada vez mais acirrada, com lances e estratégias dignos e uma guerra” (PATERNOSTRO, 1999, p. 104). Durante essa corrida, ainda que a TV Tupi tenha produzido a primeira telenovela brasileira, foi a TV Excelsior que utilizou a tecnologia do

videotape e produziu a primeira novela diária. Depois de várias produções de telenovelas por diferentes emissoras, os programas de auditório, produção de shows e programas humorísticos surgiram no início dos anos 60.

Na metade da década de 60, foi criada a TV Globo, do Rio de Janeiro, com um sistema ambicioso de contratação de emissoras afiliadas pelo Brasil. E logo nos primeiros anos de existência, começou a produzir o Jornal Nacional, que contava com transmissão de imagens de pontos das cidades brasileiras via satélite, por meio da recém-criada Embratel (PATERNOSTRO, 1999).

O desenvolvimento da televisão brasileira atingiu novos padrões de qualidade nos anos 70, na medida em que foi possível a transmissão em cores e foi estabelecida uma mesma programação para todas as afiliadas das emissoras localizadas no Rio e em São Paulo. Então, no final da década, após um período de censura e falência da TV Rio, a Globo lança as Minisséries e consegue se destacar no cenário nacional (PATERNOSTRO, 1999).

Já em 1980, as emissoras da Rede Tupi, cassada pelo governo, se dividiram, parte foi integrada ao Sistema Brasileira de Televisão, o SBT, de Silvio Santos, e a outra para o grupo Bloch, que fundou a Rede Manchete, em junho de 1983. Então, disputando a liderança da audiência com a Globo, o SBT lançou, ainda no final da década, o Telejornal Brasil⁶, “[...] um telejornal sério e de credibilidade para atrair os formadores de opinião e mudar a imagem da emissora” (PATERNOSTRO, 1999, p. 34). O programa contou com o primeiro âncora do telejornalismo brasileiro, o jornalista Bóris Casoy.

Do panorama da expansão das emissoras de TV até o desenvolvimento do gênero telejornalismo, dois pontos são fundamentais para o entendimento da televisão e da construção da opinião pública no país: o controle do audiovisual brasileiro por poucas pessoas e a predominância do entretenimento na programação das emissoras.

De acordo com Wolf, “os gêneros não são estáticos, pois evoluem em função da tecnologia de relação do mercado, e uma constante busca pelos anseios subjetivos da audiência” (WOLF apud PINTO; SOUZA, 2009, p. 106). Isso explica o porquê do telejornalismo ter incorporado diferentes características ao longo das décadas e, ao mesmo tempo, ser considerado um gênero, tendo em vista agrupam produções semelhantes em relação ao caráter informativo.

⁶ O TJ Brasil foi o primeiro telejornal de teor mais opinativo do Brasil, segundo Paternostro (1999).

As características presentes na história da televisão evidenciam que ela trabalhou e ainda trabalha para atender aos interesses de indivíduos poderosos e dominar a audiência nacional a partir do que é mais fácil de conquistar a atenção do público. No caso do gênero telejornalismo, o seu desenvolvimento pode ser utilizado, muitas vezes, para induzir determinada opinião do público, pois “boa parte da população brasileira entende que o que é importante para o país (e também para o mundo) está no telejornal, e o que nele não está representado, não é significativo, não tem importância” (PINTO; SOUZA, 2009, p. 104).

Na disputa entre o entretenimento e o serviço do telejornalismo, esse último se manteve em desvantagem, até que a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962), estabelecesse, em um dos itens do seu Art. 38., que as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% de seu tempo para transmissão de serviço noticioso. Desde então, o telejornal permanece na televisão brasileira e continua sendo aprimorado pelas emissoras do país.

Por mais que o primeiro telejornal transmitido no Brasil tenha sido o Imagens do Dia, em 1950, e o de maior sucesso O Repórter Esso, em 1953, ambos da TV Tupi de São Paulo, o Jornal Nacional, da Rede Globo, é o que permanece sendo produzido, desde 1969, e ocupando o primeiro lugar da audiência enquanto está no ar (PATERNOSTRO, 1999). Desprezando a diferença de existência e destaque na história brasileira, os dois programas fazem parte do gênero telejornalismo, ou seja, foram construídos de acordo com a relação de diálogo e parceria entre quem disponibiliza a informação e quem deseja receber, de forma a atender a expectativa do público.

Além do Repórter Esso e do Jornal Nacional, também existiram aqueles telejornais brasileiros que inovaram no formato do programa e que foram reconhecidos pelo público, como a TV Mulher, em 1980, e o TJ Brasil, em 1988. No caso do primeiro, o programa da TV Globo, apresentado pela jornalista Marília Gabriela, era dedicado à mulher e exibiu, pela primeira vez, debates sobre comportamento sexual, direitos e saúde da mulher, temas que não eram retratados na televisão. Já o segundo, apresentado pelo jornalista Bóris Casoy, que conseguiu ganhar popularidade e representar a população por meio da opinião e dos comentários que emitia sobre as reportagens.

Seguindo o gênero opinativo no telejornalismo, o Jornal da Band, produzido desde 1997, começou sendo apresentado pelo jornalista Pedro Henrique Amorim e ficou conhecido pelo

“estilo forte e opinativo” (PATERNOSTRO, 1999, p. 37). Desde então, a opinião, assim como o debate, promovido pela TV Mulher, permanecem, até hoje, nos telejornais brasileiros, como será revelado por este trabalho, por meio do programa “O Grande Debate”, exibido desde abril de 2020 pela CNN Brasil.

Os telejornais, em sua maioria, seguem critérios de seleção e hierarquização das notícias, com objetivo de exibir na programação aquilo que atende a determinados interesses. Esse modo de funcionamento, como citado no histórico do telejornalismo nos parágrafos anteriores deste projeto, porém, já passou por períodos de instabilidade, principalmente, diante dos interesses comerciais e das recaídas que a liberdade de imprensa sofreu durante determinados períodos da história brasileira.

Diante da disputa entre o interesse público e a audiência, vence aquele que mantém o telejornal no ar e, claro, a sua relevância na população. Por isso, ao longo das décadas, o telejornalismo passou a ser conduzido, muitas vezes, pelo interesse do público, e não somente pelo interesse público. Isso acontece porque “[...] hoje em dia, a audiência é decisiva do que se deve fazer em termos de ter um programa melhor ou pior, dependendo do ponto de vista. A audiência decide o que você vai fazer. O público pede, o público quer, exige e você faz” (BARRETO apud VALLE, 2013, p. 40).

Nesse sentido, a sociedade assume uma posição de significativa influência sob quais serão os fatos e enquadramentos que a cobertura do telejornal vai contemplar. A relação coloca, então, os telespectadores no centro das decisões editoriais e afasta vários critérios desenvolvidos a partir de questões ideológicas e econômicas que fundamentam a construção de um telejornal. Essas mudanças revelam um caminho necessário pelo qual o telejornalismo passa para assegurar o interesse de uma população cada vez mais inserida nas redes sociais e adepta ao uso dos aparelhos celulares.

Segundo a pesquisa realizada pelo PoderData em outubro de 2021 e acessada por meio do portal Poder 360, a internet e a televisão são os meios mais utilizados pelos brasileiros para obter informação. E quando levantado qual veículo procurado com mais frequência, a internet lidera a pesquisa com 43% das respostas, sendo 22% pelas redes sociais e 21% sites e portais, enquanto a televisão conseguiu 40% e o rádio apenas 7%. Os resultados da pesquisa evidenciam que, além das redes sociais terem assumido o protagonismo no que se refere ao consumo de informação, o

telejornalismo ainda possui significativa relevância, quando comparada com o seu antecessor, o rádio (ROSCOE, 2021).

De acordo com a pesquisa do Kantar Ibope Media *Inside Video 2022*, no momento em que qualquer acontecimento se revela, a população passa a acompanhar a programação da TV. A exemplo da invasão da Rússia na Ucrânia, no dia 24 de fevereiro deste ano, em que houve o aumento de 66% na audiência de canais de notícia brasileiros. E no panorama geral, o gênero jornalístico assume 25% de todo o tempo do telespectador do país. Conseqüentemente, o levantamento da pesquisa ressalta, a credibilidade e relevância dos telejornais no fornecimento de informações para a população (KANTAR IBOPE MEDIA, 2022).

Embora os dados da audiência dos canais telejornalísticos sejam significativos no Brasil, a aproximação dos telejornais com as redes sociais constitui um laço necessário e que se mostra cada vez mais forte. Fora isso, destaca a intenção do telejornalismo de encontrar uma maneira de dialogar e expandir o seu público, seja por comentários da sua programação nas redes sociais seja incorporando pautas dos internautas no noticiário.

No Brasil, o telejornalismo foi fundamentado no modelo de rádio e como o uso de imagens ainda era uma dificuldade técnica, os telejornais funcionavam como um programa radiofônico. [...] Era natural que os telejornais refletissem a linguagem sonora, mas com a prática e o avanço tecnológico, eles foram encontrando um modo próprio de se comunicar (OLIVEIRA, 2022, p. 49).

A aproximação do telejornalismo com as redes sociais torna-se uma alternativa para que o noticiário amplie a sua audiência e faça a manutenção da sua credibilidade no país. Nesse sentido, os telejornais foram além e incorporaram a participação do público na sua programação, ou seja, comentários, sugestões, pedidos de ajuda e elogios de telespectadores passaram a ser recebidos pela redação ou, até mesmo, exibidos durante o jornal. Entretanto, deve-se destacar que essa interatividade acontece mediante a uma filtragem da produção, que seleciona quais mensagens serão expostas ao vivo e quais não serão.

O telejornalismo sempre contou com a interação da população para coletar dados, apurar acontecimentos e desenvolver pautas, mas a troca de informações acontecia de uma forma oposta a velocidade proporcionada pelas redes sociais. Quando o contato do telespectador com a produção não era presencial, acontecia de maneira “mais burocrática, menos ágil e menos presente: eram cartas e telefonemas para as redações” (OLIVEIRA, 2022, p. 52).

Portanto, se, inicialmente, o papel do brasileiro era apenas de receptor das notícias ou, quando também participante do telejornal, a sua atuação acontecia de forma mais demorada e restrita, no modo contemporâneo de fazer telejornalismo, ele passa a assumir diversas funções.

Nesse processo dinâmico em que o telespectador assiste o telejornal e ao mesmo tempo acessa a internet para encaminhar sua mensagem, ele está fazendo parte da construção da notícia e do produto, em tempo real. Além disso, ele próprio compartilha reportagens e comentários nas redes sociais, o que o torna um produtor de conteúdo (OLIVEIRA, 2022, P. 52).

O contexto em que o telejornalismo está inserido apresenta resultados antagônicos, quando a posição do público na construção das notícias é analisada. Por um lado, a participação do telespectador torna o jornalismo menos hegemônico, uma vez que “o telejornal como espaço para a produção da opinião pública não favorece o debate e os pontos de vista apresentados ali, geralmente institucionais, não dialogam entre si, não são questionados [...]” (ARAÚJO, 2011, p. 217). Com isso, os cidadãos têm a “[...] possibilidade de traduzir suas preocupações sociais em imagens e retorná-las à sociedade, em uma busca coletiva pelo bem estar comum” (MATA apud ARAÚJO, 2011, p. 53).

Um aspecto importante sobre o telejornalismo que é reforçado por meio da inserção mais expressiva do brasileiro na programação consiste, parafraseando Júnior, Rocha e Siqueira (2010), no fato da televisão representar um espaço de união, coletividade e, até mesmo, de afeto. “Nessa “ponte” que se estabelece entre a produção e a comunicação, o telejornal ocupa um lugar de referência para os brasileiros, muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo” (JÚNIOR; ROCHA; SIQUEIRA, 2010, p.8). Logo, os telejornais estabelecem um laço forte com a população e significativa participação na sua rotina, embora as redes sociais sejam o meio mais utilizado atualmente pelo brasileiro para se informar, como indica a pesquisa do PoderData de outubro de 2021, apresentada pelo portal Poder 360 (ROSCOE, Beatriz).

Por outra perspectiva, a importância que os telejornais colocam sob a participação do público nas redes sociais pode conduzir o telejornalismo a realizar coberturas tendenciosas e, assim, aproveitar o que é interesse público para aumentar a repercussão das suas produções nas redes sociais. A exemplo da Operação Lava-Jato⁷, investigação da Polícia Federal, a PF, de casos

⁷ Segundo o Ministério Público Federal, o MPF, a Operação Lava Jato é uma iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro. Em março de 2014, quando a operação começou, 4 organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal, em

de corrupção e que, de 2014 em diante, assumiu destaque nos noticiários, especialmente durante o ano de 2016, e tornou-se um assunto estratégico para a discussão do que era exibido pelos telejornais.

Antes de levantar análises sobre como aconteceu a cobertura da Lava-Jato pelos telejornais, mostra-se importante explicar o porquê dela ter se tornado o assunto principal dos noticiários ao longo do desenvolvimento das suas investigações, a partir do que cita Traquina (2013) sobre noticiabilidade e valor-notícia. Primeiramente, o autor define que o conceito de noticiabilidade é “[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA, 2013, p. 61). Em seguida, destaca que o valor-notícia representa os critérios que compõem a noticiabilidade e, conseqüentemente, a definição do que será notícia.

Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”). (TRAQUINA, 2013, P. 61).

Com objetivo de destacar como o telejornalismo brasileiro explorou o valor-notícia dessa investigação para se destacar das mídias sociais, será mencionada a análise feita por Dias (2018) da cobertura realizada pelos telejornais da Rede Globo de Televisão, indicada como RGT.

Em alguns momentos, a cobertura adquire um caráter “espetacular”, chamativo, apelativo, gerando a bipolaridade dos telespectadores, ou seja, de lado surge um grupo que apoia, repercute, compartilha as notícias e do lado oposto, um grupo que critica, repudia, ignora a abordagem da RGT⁸. As manifestações ocorrem principalmente nas redes sociais, confirmando a existência da “sociedade midiaticizada”, onde as relações humanas são pautadas pela experiência da mídia (DIAS, 2018, p. 14).

A cobertura jornalística da Operação Lava-Jato expôs, dessa forma, a prática da espetacularização pelos telejornais para permanecerem em evidência e sobreviverem à midiaticização da sociedade. De acordo com Dias (2018), o início da investigação foi noticiada pelo Jornal Nacional sem importância, por meio de uma nota coberta, ou seja, o discurso do

Curitiba. Foram apontadas irregularidades na Petrobras e contratos, a exemplo da construção da usina nuclear Angra 3. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, [2022?])

⁸ RGT significa Rede Globo de Televisão na obra de Dias (2018)

locutor junto a imagens. Na medida em que a Lava-Jato revelou o envolvimento de políticos, a operação tornou-se o assunto mais abordado nos telejornais da emissora na época.

Além da operação ter assumido o protagonismo do noticiário, abordagens distintas também foram exploradas. Isso pode ser explicado por diferentes características do audiovisual, objeto de análise deste trabalho, logo, “no caso específico da televisão, utilizam do movimento da câmera, do enquadramento dos objetos, do cenário, dos entrevistados, do processo de edição e outros, para diferenciar das informações que já foram (ou estão) sendo publicadas” (DIAS, 2018, p. 6). No decorrer da intensa cobertura jornalística desse acontecimento jurídico, diferentes reações foram, então, manifestadas na sociedade, mas, independente daquelas negativas ou críticas, a repercussão da cobertura nas mídias sociais e a audiência permaneciam.

O empenho do telejornal em apresentar enquadramentos diferentes sobre um assunto de domínio público pode revelar, entretanto, apenas uma maneira de manter a audiência interessada em um assunto de forte valor-notícia. Nesse sentido, perde-se o objetivo de informar o que deveria ser de interesse público ou, ainda, o cuidado em noticiar desdobramentos da operação a partir de critérios que vão ao encontro da legalidade de uma investigação.

Em uma outra análise sobre a cobertura da Operação Lava-Jato pelo Jornal Nacional, Barbosa, Martins e Prudêncio (2017) apontam a postura ideológica do telejornal por meio de duas edições, uma que aborda a divulgação de áudios da Polícia Federal de escutas telefônicas do ex-presidente Lula, alvo da operação, e outra que exhibe a conversa entre o Ministro do Planejamento do ex-presidente Michel Temer, Romero Jucá, também investigado, e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Sobre a edição que traz o conteúdo dos áudios, o questionamento levantado consiste no fato do telejornal não ter problematizado a quebra de sigilo e a gravação de uma conversa⁹ com a então presidente da época Dilma Rousseff. Além disso, os apresentadores indicam que a nomeação de Lula por Rousseff para ser Ministro-chefe da Casa Civil seria para que ele ganhasse foro privilegiado e, conseqüentemente, o juiz Sérgio Moro deixasse de ser o responsável pela investigação do caso.

⁹ A reportagem do Jornal Nacional que aborda a quebra do sigilo e revela a conversa entre os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff pode ser visualizada pelo link: <https://globoplay.globo.com/v/4888799/>.

Por outro lado, quando noticiado o diálogo¹⁰ de Romero Jucá, nomeado por Temer para assumir a pasta de Planejamento do seu governo, a edição não fez a mesma ligação entre o cargo com o foro privilegiado para um alvo de uma investigação, assim como se construiu na matéria sobre o ex-presidente Lula. Desse modo, ressalta-se uma dissonância entre o tratamento dos atores políticos em situações semelhantes que deixa transparecer uma cobertura que exhibe os fatos de forma tendenciosa.

Acima de tudo, o que pretende-se destacar com essas análises é a influência da repercussão de um assunto para a maneira de condução de uma cobertura por um telejornal. Essa observação comprova-se pois “os áudios de conversas do ex-presidente Lula foram divulgados várias vezes durante a programação dos telejornais, especialmente no Jornal Nacional, por um impulso em busca de audiência, de estar à frente de outras emissoras” (BARBOSA; MARTINS; PRUDÊNCIO, 2017, p. 10).

Por isso, mesmo que o telejornalismo esteja se desenvolvendo para acompanhar a evolução das redes sociais e disputar o espaço que elas ocupam atualmente na vida da população, a cobertura jornalística pode acabar se desviando do seu papel de informar. A produção de matérias tendenciosas ou que visam gerar comentários e a permanência da sua circulação na internet a partir do seu valor-notícia podem provocar consequências negativas para a sociedade, como explica Dias (2018).

[...] a operação desencadeou o maior engajamento dos cidadãos aos assuntos políticos, isto é, observa-se um posicionamento dos indivíduos manifestados através dos movimentos nas ruas e nas redes sociais. Entretanto, um aspecto negativo é a polarização desses grupos, reduzindo em prós e contras a operação. Algumas manifestações ultrapassam o limite do debate e se transformam em embates, confrontos físicos e/ou virtuais (DIAS, 2018, p. 13).

A cobertura jornalística de um acontecimento, quando utilizada para potencializar reações da população, desencadeia, então, na polarização da sociedade e na transformação das manifestações dos telespectadores em embates cada vez mais acalorados. Por isso, tendo em vista que a cobertura, muitas vezes, se desenvolve a partir do assunto que a população se envolve

¹⁰ Os áudios de Romero Jucá divulgados no Jornal Nacional podem ser conferidos por meio do link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>.

e participa, mostra-se necessário compreender como a repercussão pode ocorrer nas mídias sociais, para que as consequências não sejam maléficas.

Na mídia social *Twitter*, por exemplo, comentários de um usuário a respeito de uma notícia pode alcançar milhares de pessoas, por meio da possibilidade de compartilhamento da sua publicação. Um levantamento realizado em junho de 2022 pela equipe do *Twitter* junto com a *Mind Miners* apontou que pouco mais de um terço dos usuários do Brasil utilizam a mídia social como fonte de informações e notícias. Ainda, um dado importante é que, quando questionados sobre conteúdos políticos, 27% destacaram o *Twitter* como espaço para debater e expressar opiniões (NADIR, 2022).

Esse espaço de expressão dos usuários pode, entretanto, corroborar a disseminação de informações falsas e discursos de ódio, principalmente, por uma ainda ineficaz política das mídias sociais para barrar conteúdos danosos para a sociedade e que resultem nos confrontos apontados por Dias (2018). Diante das problemáticas que podem desencadear as lacunas na política da mídia social, o Ministério Público Federal enviou um ofício ao Twitter, no início deste ano, cobrando esclarecimentos sobre a disponibilização aos usuários a funcionalidade de denúncia de conteúdos desinformativos (BRASIL, 2022).

Os dados expostos evidenciam que o estreitamento da relação entre o audiovisual e as mídias sociais coloca o jornalismo em um impasse. Isso pois, ao mesmo tempo em que ele precisa entender os interesses e características da população para conseguir atrair telespectadores, também necessita levar em consideração que o espaço das mídias sociais pode tirar o foco da importância da informação.

Os valores-notícia do jornalismo são definidos contextualmente e têm como pano de fundo um denso vínculo com a ideologia e com os valores vigentes na sociedade, com a forma como seus grupos específicos representam o mundo social e com aquilo que eles valoram em um determinado momento histórico (FRANÇA; SILVA, 2017, p. 18).

Portanto, a definição do valor-notícia destaca que os assuntos e discussões que circulam nas mídias sociais influenciarão a cobertura jornalística, principalmente, devido à presença e à relevância das mídias sociais na vida da população contemporânea. Dessa forma, nota-se que “jornalismo, portanto, é a informação transformada em mercadoria e em função disto categorizada, organizada, hierarquizada e trabalhada esteticamente a partir de uma relação que

envolve dois elementos complementares: o interesse público e o interesse do público” (TEMER apud. VALLE, 2013, p.40).

Na contramão desse tratamento e organização das notícias conforme interesses distintos, os debates, em sua maioria no Brasil, possibilitam a construção de um material jornalístico ausente de edição, apelo estético ou hierarquização. Os debatedores são colocados em posição de igualdade, desde o cenário até o tempo do discurso, o que faz com que agente oficial dependa da própria capacidade de argumentar e de convencer o seu auditório.

Ainda com limitações, os políticos podem modificar, por meio da utilização das estratégias argumentativas, o caráter de uma informação que seria de interesse público para interesse do público ou colocar o outro debatedor em posição de desvantagem. Por isso, considera-se necessário explicar, além dos argumentos e suas contribuições no debate, como a linguagem audiovisual se manifesta e influencia na construção discursiva de um material.

4 LINGUAGEM AUDIOVISUAL E CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

Diferentes enquadramentos são utilizados no audiovisual para tornar a cobertura jornalística única e manter o interesse da audiência em um mesmo assunto de forte valor-notícia, assim como foi explicado no capítulo anterior. Além dessas finalidades, os enquadramentos fazem parte da linguagem e da construção discursiva do audiovisual, em meio a uma série de elementos que possibilitam a análise e a produção de materiais televisivos.

Arnheim (2012) demonstra a dinâmica da construção discursiva no audiovisual de forma didática por meio da representação do cubo pelas lentes. Esse objeto específico da realidade óptica é demonstrado no estudo do autor que, dependendo do ângulo, o que se vê do cubo é, na verdade, um quadrado, imagem captada pela lente fotográfica que poderia ser, também, uma folha quadrada ou a base de uma pirâmide. Diante disso, o ideal é elevar o ângulo do cubo, a fim de expor as outras duas fases do objeto, o que evidenciaria o seu formato de fato.

Nesse contexto, não basta o objeto estar no campo visual da câmera, mas sim que ele seja representado sob a perspectiva desejada para o público, ou seja, “é mais importante qual ponto de vista eu tomo dele e, conseqüentemente, de qual posição ele será visto” (ARNHEIM, 2012, p. 26). A partir deste exemplo, pretende-se apontar como a angulação, por exemplo, consegue interferir na leitura do público sobre o que é exibido no audiovisual. Porém, como o quadro de debate referente a este trabalho não apresenta alteração em termos de imagem, o discurso dos políticos que será analisado.

Ainda, a explicação acerca do cubo propõe um raciocínio possível de justificar a construção discursiva do audiovisual de forma geral. Essa possibilidade decorre do fato de que “[...] o mundo visível está cheio de objetos no espaço, mas o espaço visível aparece para os nossos olhos (assim como para a câmera) em cada momento somente a partir de um único determinado ponto de vista” (ARNHEIM, 2012, p. 26).

Como este trabalho se trata da análise de um debate entre políticos na televisão, torna-se válido mencionar a montagem, técnica que, por mais que seja executada e represente um avanço no audiovisual, poderia modificar e tornar o discurso do agente oficial tendencioso. Embora a montagem possibilite a junção de cenas distintas simultaneamente na tela, a sua ausência no debate ao vivo salienta a importância da transmissão do discurso o mais fidedigno possível para a população. Sobre isso, Arnheim (2012) afirma que “na montagem [...] ele [o homem] controla

a organização das imagens: o transcorrer do tempo é recortado, tempos e espaços disparatados são colados uns aos outros [...]” (ARNHEIM, 2012, p. 95).

Por conta da complexidade do audiovisual, a análise demanda autonomia do pesquisador e detalhamento do material. No artigo de Rose (2002), a autora revela que “nunca haverá uma análise que capte uma verdade única do texto” (ROSE, 2002, p. 344), pois a análise precisa de tomadas de decisão acerca de como os visuais serão descritos. Isso diz respeito, por exemplo, à descrição das pausas, das hesitações na fala e dos efeitos especiais, como música ou alterações na iluminação.

A solução para transcrição e análise de um material televisivo, haja vista que não há um método que garanta um resultado fidedigno com a produção, é “ser o mais explícito possível, a respeito dos recursos que foram empregados pelos modos de translação¹¹ e simplificação” (ROSE, 2002, 344). Com isso, o leitor conseguirá julgar melhor a análise desenvolvida.

Com o objetivo de analisar representações da doença mental na televisão britânica, Rose selecionou notícias, novelas, séries de drama e programas cômicos de canais populares ao longo de oito semanas. Para isso, foi feita a transcrição da parte visual e da textual, a contagem dos ângulos da câmera utilizados em cada personagem durante a novela e da frequência com que determinada sequência narrativa era inserida no drama televisivo.

No cenário do audiovisual brasileiro, o programa de debate sobre assuntos públicos *Roda Viva*, consagrado na televisão desde 1986, um ano após o movimento das “Diretas Já” no Brasil. O programa possui um formato de arena, em que uma personalidade nacional ou internacional se posiciona em uma cadeira no centro do estúdio, enquanto quatro jornalistas de diferentes veículos brasileiros, especialistas ou representantes que possuam afinidade com a área de atuação discutida no programa ficam sentados em uma bancada mais alta que o local do entrevistado.

Essa forma de composição do cenário, além fazer parte da linguagem da televisão e ser necessário para análise do material, ela induz, desse modo, interpretações sobre a construção do discurso do *Roda Viva*. A posição do entrevistado em relação aos entrevistadores e os respectivos enquadramentos da câmera são alguns dos elementos apontados por Silva (2011) em seu estudo sobre estratégias de construção de um debate público.

¹¹ Translação é citada por Rose (2002) como sendo a interação entre duas línguas, a do texto e a do audiovisual, referência de codificação.

É essa dinâmica que envolve entrevistados e entrevistadores que cria um sentido de “roda viva”, sugerindo que tudo está mudando, se construindo, se reconfigurando. Desde a vinheta de abertura, o programa convoca o telespectador a “entrar na roda” e acompanhar, pelo Roda Viva, as transformações que acontecem ao seu redor por meio de um “debate vivo” (SILVA, 2011, p. 49).

Além do significado de movimentação e de renovação viabilizados pelo posicionamento das figuras no estúdio, a disposição do entrevistado no estúdio ou no centro da arena atribui um sentido inferior à sua figura em relação a dos entrevistadores. Essa interpretação se entende na medida em que a estrutura de arena “[...] o deixa exposto a todo tipo de questionamento que pode vir de qualquer lado, insinuando um lugar de fragilidade e desvantagem em relação aos entrevistadores que se impõem como autoridade, estando um nível acima do convidado” (SILVA, 2011, p. 49).

Em vista disso, o exemplo do Roda Viva demonstra que a linguagem audiovisual e sua construção discursiva resultam em distintas leituras sobre um material televisivo. As diferenças reforçam, ainda, que nenhuma análise pode ser tida como única sobre determinada produção, tendo em vista que “os meios audiovisuais são um amálgama complexo de sentidos, imagens, técnicas, composição de cenas, sequência de cenas e muito mais” (ROSE, 2002, p. 343).

Ao trazer para este trabalho a análise sobre o prestigiado programa de debate do telejornalismo brasileiro, há o objetivo, também, de explicar, em primeiro lugar, o argumento, fundamento de um debate e que atravessa a linguagem e o discurso audiovisual. Para que, em seguida, sejam abordadas as estratégias argumentativas.

De acordo com Breton (2003), o argumento representa a opinião defendida pelo orador para convencer o seu auditório e pode ser colocado por meio da escrita, da palavra, no rádio ou na televisão, e da imagem. Essa opinião, entretanto, tem determinados aspectos escolhidos pelo orador para que seja melhor recebida para o grupo que se deseja comunicar, ou seja, “a transformação de uma opinião em argumento em função de um auditório particular é precisamente o objeto da argumentação” (BRETON, 2003, p. 32).

O confronto de ideias e os debates sobre variados assuntos introduzidos pelo Roda Viva colabora na formulação da opinião da sociedade a respeito do que é abordado no programa. De acordo com Rose (2011), o programa incentiva a busca por informações e propõe

questionamentos que demandam informações básicas da audiência, para que seja possível se integrar no debate. Por esse motivo, o Roda Viva assume um papel opinativo, tendo em vista que “permite a troca livre de opiniões que se consolidam em argumentos” (SILVA, 2011, p. 60).

Esses intercâmbios de argumentos entre a audiência conseguem provocar resultados positivos para a população, haja vista que, como Liakopoulos (2002) explica no trecho abaixo, o argumento é fundamental na estruturação do debate e possui, até mesmo, a capacidade de alterar o contexto da sociedade.

[...] toda fala que inclui debate se desenrola ao redor de um bloco básico: o argumento. Este forma a espinha dorsal da fala. Ele representa a ideia central ou o princípio no qual a fala está baseada. Ainda mais, ele é uma ferramenta de mudança social, na medida em que pretende persuadir uma audiência em foco (LIAKOPOULOS, 2002, p. 218).

Diante do cenário pré-eleitoral em que este projeto se desenvolve, o argumento é capaz de assumir a atenção dos atores oficiais que almejam a persuasão dos brasileiros para conseguirem a vitória. De forma simultânea, o entendimento do protagonismo da argumentação em um discurso de campanha pelos eleitores incentiva os mesmos a desenvolverem suas opiniões individuais acerca de uma personalidade da política brasileira.

Na pesquisa de Liakopoulos (2002), o autor analisa a argumentação presente em artigos de jornais sobre o primeiro debate público em torno das aplicações de biotecnologia moderna nos alimentos, como a soja, na Inglaterra. Ao contrário dos debates no audiovisual citados anteriormente, a análise de textos escritos e veiculados pela imprensa ocorreu pois a formalidade gera menos controvérsias na definição e identificação da argumentação no debate de um ator oficial (LIAKOPOULOS, 2002).

A menção da pesquisa se faz necessária no sentido de salientar ao público quanto à preocupação de uma personalidade com argumentação durante um debate. Da mesma maneira que um argumento bem desenvolvido pode ter a finalidade de ser claro para a sua audiência, ele também pode conter estratégias de persuasão que façam o ouvinte compreender o orador da forma como ele deseja. No caso da política, “[...] em um debate público que envolve sérios problemas, tais como saúde pública [...], cada participante é muito cuidadoso em articular e empregar apoios claros e adequados para as suas reivindicações” (LIAKOPOULOS, 2002, p. 224).

Os debates políticos demandam dos agentes oficiais a utilização de diferentes estratégias para uma eficiente retórica, seja para conseguirem maior persuasão dos telespectadores, seja para construção da imagem que desejam transmitir. Com base nos estudos de Aristóteles, “[...] o *logos*, o *pathos* e o *ethos* são fundamentos argumentativos apreendidos socialmente, que refletem a posição em que estamos e as crenças que compartilhamos com os demais” (LOPES, 2005, p. 9). Por isso, a compreensão dos métodos clássicos de construção da retórica mostra-se necessária para realizar a análise desta pesquisa.

De acordo com as definições de Lopes (2005) dos conceitos apontados anteriormente do estudioso grego, o *pathos* pode ser identificado na argumentação quando o locutor utiliza manifestações emotivas ou paixões humanas. As emoções referentes a esse primeiro artifício podem ser tanto as de ódio quanto as de empatia e sofrimento. Enquanto isso, o *ethos* atribui ao caráter do orador a moral e a ética, por meio da sua retórica. Já o último instrumento de persuasão é o *logos*, que constitui a apresentação de argumentos racionais e comprovados, como dados e pesquisas.

Em vista disso, o político debatedor que utiliza da emoção, da ética ou da lógica para compor a sua argumentação, está contando com uma das maneiras de angariar maior adesão do telespectador, assim como fortalecer a sua retórica. Todavia, no caso dos debates televisivos, a preocupação do político não se concentra somente na argumentação, mas também em qual imagem de locutor o público vai enxergar, principalmente, quando o alcance do audiovisual é considerado.

No Brasil, a partir da década de 1970, com ênfase quase absoluta, a parole televisiva é também a do poder, do consumo, da moral e dos costumes. Portanto, pode-se dizer que o estado e a sociedade brasileiros dialogam com e por meio da televisão, transformada por aqui em nossa mais importante forma de fazer circular o que se diz e se pensa (LOPES, 2005, p.7)

Ciente da capacidade de influenciar a opinião pública e construir a imagem que pretende no imaginário do auditório por meio da televisão, o político se distancia, muitas vezes, de posições partidárias ou se isenta de certas ações políticas.

[...] locutor jamais se coloca como diretamente interessado na luta política no plano da ação. Em outras palavras, embora muitas vezes ligados de uma forma ou de outra a determinada posição política, jamais seus discursos deixam

explicitar um vínculo pessoal direto com a própria ação política. O fulcro dessa diferença parece residir numa distinção entre "sujeito político" (que fundaria o conjunto de significações ligadas aos discursos militantes) e "sujeito intelectual", que fundaria as significações ligadas ao próprio discurso teórico. (OSAKABE, 1999, p. 86).

Dessa maneira, a análise das estratégias argumentativas de um político durante um debate televisivo é capaz de ressaltar a diferença entre o posicionamento do agente oficial durante o exercício das funções exigidas pelo seu cargo e o tempo em que pretende convencer os telespectadores por meio da sua argumentação. No mesmo sentido, a comparação também pode ser estabelecida entre os discursos realizados para os seus apoiadores e para o público diverso da televisão.

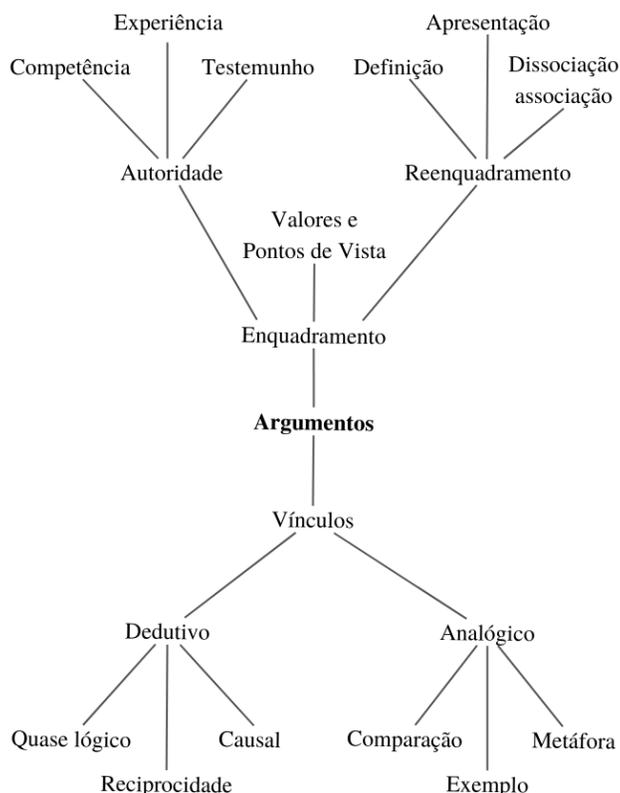
Logo, “[...] a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens, enquanto candidato, o locutor insiste em atender” (OSAKABE, 1999, p. 82), ou seja, no empenho em projetar determinada imagem que é possível revelar a mesma. Por conseguinte, a presença de debates no audiovisual brasileiro permite ao telespectador identificar qual figura o agente oficial deseja elaborar por meio da sua argumentação.

Os argumentos, todavia, apresentam uma teia com famílias de diferentes especificidades que visam o convencimento da audiência. Por conta disso, cada uma delas, assim como as suas respectivas categorias internas, serão apresentadas como estratégias argumentativas. Assim como o orador recorre ao *pathos*, *ethos* e *logos* identificados por Aristóteles e citados anteriormente neste trabalho, também serão explicadas as principais estratégias argumentativas observadas por Breton (2003), que as divide em diferentes famílias.

São explicitadas por Breton (2003) cada uma das famílias e suas categorias de estratégias argumentativas que se subdividem em funcionalidades específicas no discurso. A priori, os argumentos são descritos como de enquadramento e de vínculo. Dentro dos argumentos de enquadramento, há aqueles de autoridade, que podem se classificar em competência, experiência ou testemunho, de valores e ponto de vista e de reenquadramento, que possui um trio especificidades: definição, apresentação e dissociação/associação. Já os argumentos de vínculo são dois, o dedutivo, dividido em quase lógico, reciprocidade e casual, e o analógico, que ocorre por meio da comparação, do exemplo e da metáfora.

Para tornar mais clara as divisões estruturadas por Breton, a Figura 1 apresenta como as famílias de argumentos estão organizadas, baseado no esquema do próprio autor.

Figura 1 - Esquema das Famílias de Argumentos



Fonte: Breton (2003)

Na primeira classificação ou fase do argumento, o autor denomina de “enquadramento do real”, ou seja, tornar algo da realidade suporte para uma opinião. A primeira categoria dessa classificação é a dos argumentos de autoridade, que são os que utilizam da relevância de uma personalidade para que seja aceito o que foi dito pela audiência. Citar determinada figura, o orador ou uma terceira, fortalece e valida um argumento, mas, ainda, pode ter o objetivo de desqualificar uma opinião, caso a autoridade seja negativa, neste caso, o argumento é chamado de *ad hominem* ou ao contrário (BRETON, 2003).

Também no enquadramento do real, estão os valores e pontos de vista e o reenquadramento. Sobre os valores, esses “fazem parte de um “ser em comum que constitui bases da cultura e que determina as maneiras segundo as quais os membros de um dado grupo

vivem em um mesmo mundo” (RESWEBER apud BRETON, 2003, p. 87) e são determinantes para a existência da atividade comunicativa. Já os pontos de vista, de acordo com Breton (2003), colaboram na construção de um universo de referência entre os receptores.

Por fim, o reenquadramento significa um desvio do restante das categorias do enquadramento do real, pois se desprende do que é estabelecido socialmente e determina um novo significado. Em outras palavras, o reenquadramento simboliza uma ruptura, colocando os argumentos “em um mundo no qual, espontaneamente, o auditório não pensara e onde seus pontos de referência habituais não funcionam, mesmo que os “elementos” que compõem este novo mundo lhe sejam conhecidos separadamente” (BRETON, 2003, p. 95).

Outra família é a dos vínculos, que complementam ou ligam os argumentos de enquadramentos objetivando o convencimento da audiência. Nessa família, os argumentos se separam em dois tipos, os dedutivos e os analógicos, sendo que “a energia dos argumentos dedutivos consiste em “passar do que é aceito ao que queremos que seja aceito” (PERELMAN apud BRETON, 2003, p. 117). Logo, a analogia, de forma mais convincente, institui uma correspondência entre zonas distintas do real, em que “uma delas é o objeto de um acordo prévio obtido através do apelo aos valores, à autoridade ou a um reenquadramento da situação; a outra é formada pela opinião proposta” (BRETON, 2003, p. 130).

Vale salientar, também, os três tipos de estratégias argumentativas que existem nos dois tipos de argumento de vínculo. O primeiro deles, o dedutivo, se divide em quase lógico, reciprocidade e causal, enquanto o segundo, o analógico, contempla a comparação, o exemplo e a metáfora. A comparação, por exemplo, “é frequentemente usada na vida cotidiana para argumentar. Trata-se talvez de uma das formas mais difundidas de argumentação” (BRETON, 2003, p. 135).

5 METODOLOGIA

A análise das estratégias argumentativas utilizadas por políticos em debates televisivos constitui uma pesquisa qualitativa, tendo em vista não envolve números ou estatísticas para compreensão do desenvolvimento dos argumentos utilizados pelos debatedores, os quais são escolhidos, principalmente, por tenderem a divergir com determinados posicionamentos ou serem de campos ideológicos opostos.

Entretanto, a pesquisa qualitativa indica que, para gerar conclusões sobre um determinado político, ainda que ele já tenha um determinado perfil traçado por influência dos posicionamentos do seu partido, a argumentação desse agente oficial precisa ser analisada junto com o contexto protagonizado no audiovisual. Assim como expõem Bauer e Gaskell:

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência possa ser atribuída a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria (BAUER; GASKELL, 2002, p. 24).

Dessa maneira, o político, bem como a sua argumentação, no caso da participação em um debate televisivo, deve ser classificado após ser considerada a situação em que o indivíduo está inserido, de maneira a observar os motivos das inclinações dos argumentos apresentados no debate. Isso porque, a partir da discussão sobre o gênero telejornalismo, a audiência e o interesse comercial das emissoras estimulam mudanças em suas produções.

Com frequência, programas televisivos optam por escolher debatedores que possuem potencial para criar situações de confronto, o que também pode ser motivado por perguntas ou comentários estratégicos do mediador. E no quadro “O Grande Debate”, da CNN Brasil, a escolha dos políticos e dos assuntos abordados segue essa mesma preferência pelo antagonismo.

Apesar do debate ser um momento de deliberação, de troca linguageira entre sujeitos sociais, devemos estar atentos para o fato de que a mídia, como transmissora e organizadora do programa, organiza a situação interativa de modo a proporcionar um confronto de ideias e a provocar um novo acontecimento (PALUMBO, 2007, p. 40).

Em vista da preparação da emissora para gerar mais desdobramentos no debate e, conseqüentemente, mais engajamento no seu telejornal, esta pesquisa, além de qualitativa, também é explicativa, pois tem o objetivo de elucidar quais são as estratégias argumentativas

utilizadas pelos políticos no quadro da CNN Brasil, bem como em quais contextos elas foram inseridas. Ainda que os debates televisivos não se restrinjam ao do “O Grande Debate”, visto que o universo da temática contém diversos exemplos e possibilidades para serem analisados, no caso deste trabalho, foi executado um recorte.

A CNN é uma emissora que surgiu na cidade de Atlanta, na Geórgia, após o publicitário Ted Turner, de 32 anos, investir em uma estação local de televisão e, posteriormente, alugar um satélite de comunicação que, junto com a estação por cabo, levava a programação para o país inteiro. Entretanto, foi a partir do telejornalismo que o nome Cable News Network, CNN, nasceu e começou a ser reconhecido, em função da transmissão de notícias 24 horas por dia, sem interrupção (PATERNOSTRO, 1999)

Após diversas coberturas e forte consagração internacional, os brasileiros conseguiram assistir à CNN depois da TV por assinatura chegar no país e o Supercanal ou Superstation exibir na sua programação, assim como o Globosat News Television, o GNT, que começou a inserir os noticiários da emissora de Atlanta em sua grade. Até que, em janeiro de 2019, a CNN Brasil iniciou os seus trabalhos em sua sede, na cidade de São Paulo, contando com uma equipe de 65 profissionais (PATERNOSTRO, 1999).

Atualmente, a CNN Brasil possui um escritório em Brasília e outro no Rio de Janeiro e conta com profissionais consagrados no jornalismo atuando como apresentadores e comentaristas, como os jornalistas Boris Casoy, Carla Vilhena e Márcio Gomes (SOBRE, [2022?]). Também, a licenciada do maior canal de notícias do mundo transmite consagrados telejornais e o quadro mais repercutido da emissora: “O Grande Debate”, o qual corresponde ao recorte ou amostra desta pesquisa.

Delimitado o universo dos debates televisivos e definido, assim, o quadro da CNN Brasil, foram escolhidos quatro programas para serem analisados. E os critérios para inclusão de cada um deles nesta pesquisa foram ter dois debatedores da política brasileira, possuir o programa completo disponível no *Youtube* e deter um dos maiores números de visualizações, consultados no dia 15 de julho, na plataforma de vídeo. Por outro lado, os critérios de exclusão são o debatedor não ser um político ou não ter o quadro na íntegra.

Dos quatro programas do “O Grande Debate” selecionados, o primeiro deles tem a participação dos deputados federais Marcelo Freixo e Ricardo Barros, também líder do governo

na Câmara, discutindo os atos do 7 de setembro e o segundo possui os deputados federais Kim Kataguirí e Capitão Derrite, abordando a politização da PM. Já no terceiro programa selecionado participam os deputados federais Alessandro Molon e Victor Hugo, debatendo sobre crise institucional, e, por fim, o quarto programa com os deputados federais Marcelo Ramos e Luiz Lima, com a temática dos atos contra o presidente Jair Bolsonaro.

O estudo dos programas selecionados ocorre segundo uma “grade de análise argumentativa” (BRETON, 2003, p. 164), iniciada com a identificação da opinião que o político pretende convencer os telespectadores. Posteriormente, Breton (2003) estabelece identificar se o texto é argumentativo, mas, como se trata de um debate, a argumentação está presente na oratória. Em seguida, serão apontadas qual é a dinâmica argumentativa, quais são os grandes argumentos usados, bem como suas respectivas famílias, qual é o seu conteúdo e que público se dirigem.

Na Quadro 1, estão expostos os políticos, as datas, os temas e os números de visualizações no *Youtube* de cada um dos quatro programas:

Quadro 1 - Programas selecionados como amostra para a pesquisa

Debatedores	Data da exibição	Tema	Visualizações no Youtube
Deputados federais Marcelo Freixo e Ricardo Barros ¹²	07/09/2021	Atos do 7 de setembro	97 mil visualizações
Deputados federais Kim Kataguirí e Capitão Derrite ¹³	31/08/2021	Politização da PM	49 mil visualizações
Deputados federais Alessandro Molon e Victor Hugo ¹⁴	24/08/2021	Crise institucional	34 mil visualizações

¹² O debate inteiro pode ser acompanhado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=CBynFaCre4A>.

¹³ O quadro completo da CNN Brasil pode ser assistido pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=pmgPyHLk68c>.

¹⁴ Debate completo pode ser visualizado por este link: <https://www.youtube.com/watch?v=vmaL34CRI54>.

Deputados Federais Marcelo Ramos e Luiz Lima ¹⁵	14/09/2021	Atos contra o presidente Jair Bolsonaro	30 mil visualizações
--	------------	---	----------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Desta maneira, os critérios definidos para a seleção desta amostra foram:

- Critérios de exclusão: um dos debatedores não ser político ou não ter o quadro na íntegra.
- Critérios de inclusão: ter dois debatedores da política brasileira, dispor o programa completo disponível no *Youtube* e contar com um dos maiores números de visualizações.

5.1 Protocolo de análise

Antes da exposição do protocolo de análise, é necessário inteirar o leitor a respeito da dinâmica do Grande Debate, tendo em vista que o número de perguntas e respostas pode variar, de acordo com o tempo utilizado por cada candidato na primeira etapa do quadro.

Em vista disso, torna-se necessário explicar como o quadro do programa em si é estruturado: políticos de posicionamentos contrários são convidados para debater a respeito de um assunto de destaque. Com a mediação da jornalista Carol Nogueira ou, no caso do debate entre os deputados federais Luiz Lima (PSL - RJ) e Marcelo Ramos (PS - AM), o mediador é o também jornalista Evandro Cini, o Grande Debate se dividido em 3 fases, sendo que, antes das duas primeiras, são exibidas reportagens ou duas entrevistas que apontam opiniões distintas sobre a temática do debate de personalidades distintas.

Após a exposição do conteúdo que contextualiza o telespectador e estabelece o “gancho” para o início do quadro. Na primeira parte do debate, os políticos respondem a uma pergunta formulada pela equipe de jornalismo da CNN em, no máximo, 5 minutos, tempo que é exibido em tela. Durante esse tempo, duas interrupções podem ser feitas pela mediadora com perguntas aos dois debatedores juntos ou individualmente. Enquanto um orador responde, o outro tem o seu tempo de 5 minutos pausado.

Logo após, o debate segue para a sua segunda fase, constituída por perguntas que são mais direcionadas aos políticos e que são formuladas a partir de entrevistas realizadas pela CNN. Nessa fase, cada debatedor possui 2 minutos para responder e, posteriormente, 1 minuto para

¹⁵ O vídeo com o debate está disponível neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=34GUJMIoSNY>.

réplica e mais 1 minuto para tréplica. Já na terceira etapa, cada orador pode fazer uma pergunta, em até 30 segundos, para o outro debatedor, que possui direito a uma resposta de 2 minutos, e uma réplica e tréplica de 1 minuto cada uma.

Sabendo que os quatro programas que compõem o recorte desta pesquisa abordam assuntos distintos e exibem reportagens e entrevistas elaboradas pela CNN, a análise deste trabalho aborda quais informações e posicionamentos são levantados em cada material.

Os quadros são analisados a partir da ordem em que foram inseridos no Quadro 1, após o estudo das famílias de argumentos apresentadas por Breton (2003) e destacadas na Figura 1. Dito isto, o primeiro passo é acessar o site de vídeos *Youtube* e, em seguida, o canal da CNN Brasil, onde estão os quadros do Grande Debate completos para visualização.

Enquanto o vídeo é reproduzido, também é feita uma transcrição parcial de pontos destacados das falas da mediadora Carol Nogueira ou de Evandro Cini, tanto conduzindo o debate quanto nas reportagens exibidas, e dos debatedores. Isso é realizado com o objetivo de agrupar as informações de cada material da CNN sobre a temática do debate, bem como os principais argumentos dos políticos usados em suas respectivas respostas e etapas do quadro.

Após essa fragmentação do quadro em etapas, as perguntas são localizadas e os argumentos transcritos. Posteriormente, são identificadas as opiniões expostas de cada debatedor, como ele desenvolve a sua opinião e quais são os argumentos postos em voga na construção de seu raciocínio. E devido ao quadro não apresentar mudanças no cenário ou no enquadramento dos debatedores, pois ambos permanecem em uma mesma posição, ainda que em estúdios distintos, não há mudança de sentido provocada pela estrutura em que o debate acontece.

No que se refere ao público, é importante explicar que a programação da CNN pode ser acompanhada tanto por meio da televisão quanto pelo canal da emissora no *Youtube*, portanto, as duas formas de assistir aos debates contribuem para que o quadro tenha públicos distintos, um que possui acesso à programação fechada e escolhe a emissora e outro que busca a CNN Brasil no Youtube e visualiza, de forma gratuita, os quadros individualmente.

Esse procedimento tem a finalidade de estruturar a análise de acordo com as etapas do debate, para que, durante uma segunda visualização do programa completo, já com um conhecimento prévio do posicionamento e dos argumentos dos deputados, a atenção seja voltada para a localização da minutagem em que cada estratégia argumentativa se coloca e, por fim, seja transcrito o trecho em que ela se evidencia.

Posto que a quantidade de interrupções da fala de cada debatedor pode variar segundo o término da argumentação de cada orador, o número de estratégias argumentativas utilizadas por cada político na primeira etapa do debate pode ser reduzido, em comparação com outros quadros analisados.

Um cuidado importante que se tem para realizar a análise dos quadros é realizar o destaque das estratégias argumentativas de forma mais equilibrada possível, a fim de que cada debatedor tenha um número aproximado em cada uma delas. Consequentemente, o trabalho busca ressaltar em que consiste a análise para identificar a família dos argumentos utilizados pelos debatedores, e não dar mais visibilidade a qualquer um dos políticos para este protocolo.

Ao mesmo tempo, embora com o objetivo de tornar a análise equilibrada, as falas dos debatedores também apresentam, no decorrer do quadro, constituem, por diversas vezes, estratégias argumentativas repetidas. Por isso, nas ocasiões em que há repetição do argumento, a estratégia será destacada apenas em sua primeira aparição ou quando responder, diretamente, a pergunta que foi feita pela mediadora(o) ou pelo debatedor, na terceira etapa.

6 ANÁLISE

6.1 Deputados Marcelo Freixo (PSB - RJ) e Ricardo Barros (PP - PR)

O assunto que pautou o debate entre o deputado federal Marcelo Freixo (PSB), líder do bloco da minoria na Câmara dos Deputados, e o deputado federal Ricardo Barros, líder do governo Bolsonaro na Câmara, é o dia 7 de setembro e suas implicações políticas.

Figura 2 - Manifestações de 7 de setembro



Fonte: print do quadro O Grande Debate no *Youtube*

No resumo exibido antes da primeira pergunta direcionada aos debatedores, o quadro transmitiu uma reportagem em que mostra a concentração dos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro nas ruas de Brasília na noite anterior das manifestações do dia 7 de setembro. Durante esse momento, caminhões, ônibus e um grupo de pessoas furaram o bloqueio policial e invadiram a Esplanada dos Ministérios. E, ainda na manhã do dia seguinte, permaneciam em local proibido.

Ao longo do dia, manifestantes começaram a se concentrar e acompanharam o discurso de Jair Bolsonaro, que foi destacado pelo trecho “não mais aceitaremos qualquer medida, qualquer ação ou qualquer certeza que venha de fora das 4 linhas da Constituição” (informação verbal). Em seguida, a reportagem revela que todas as capitais registraram protestos, como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo, onde registrou a maior concentração de manifestantes. Também na última capital mencionada, Jair Bolsonaro discursou para os seus apoiadores na Avenida Paulista e disse: “qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá” (informação verbal).

Após a exibição da reportagem, a jornalista Carol Nogueira pergunta ao deputado Marcelo Freixo se as relações entre os poderes ficam estremecidas após as manifestações do dia 7 de setembro. Em sua resposta, Freixo afirma a piora das relações depois desse dia, tanto por conta das manifestações quanto pela fala que o deputado nomeia como “irresponsável” de Jair Bolsonaro, o que geraria um conflito ainda maior entre as instituições. Na sequência, o deputado descreve os conteúdos dos cartazes presentes nos atos, que, segundo Freixo, seriam criminosos e contra a democracia.

O deputado também afirma que vários partidos estão se isolando do presidente, por conta do que Jair Bolsonaro representaria, e destaca que o mesmo não falou de pautas como vacina, emprego e saúde, somente teria estimulado a violência. Isso, então, de acordo com Freixo, não é o que o país precisa no momento da sua história. Logo, o debatedor conclui que afirmando que a relação dos e do povo brasileiro piora e não haveria nenhum benefício para a população a atitude do presidente no dia 7 de setembro.

Diante disso, os argumentos mais utilizados pelo deputado Marcelo Freixo são o de competência, que faz parte da família da autoridade, e os de apresentação e dissociação, ambos da família do reenquadramento. Para explicar como o primeiro pode ser identificado, será colocado o seguinte trecho, iniciado no minuto 4'54", “sem dúvida alguma, a manifestação de hoje e, principalmente, a fala irresponsável do presidente Bolsonaro gera um conflito ainda maior entre as instituições” (informação verbal). Nesta fala, é possível identificar que Freixo pretende se colocar como competente para não ter dúvidas sobre a relação entre os poderes após as manifestações e, ainda, atribuir um juízo de valor ao presidente.

Quanto ao argumento de apresentação, ele pode ser identificado no trecho: “Cartazes com intervenção militar, fechamento do Congresso, fechamento do Supremo, são crimes, são

atividades criminosas” (informação verbal), no minuto 5’06”. Isso porque o deputado descreve e amplifica elementos que estavam presentes nos atos. Além disso, o argumento de competência também pode ser notado na afirmação de que são atividades criminosas.

Em relação à dissociação, a fala no minuto 5’22” consegue explicitar esse argumento. “[...] mas o que mais vai provocar e gerar consequência política, isso já está acontecendo, vários partidos do centro hoje começam a se reunir para se isolarem, porque não querem estar perto do presidente Bolsonaro” (informação verbal), ou seja, Freixo confirma, sem dados, que o presidente estaria sendo isolado. Dessa forma, revela-se a intenção de apontar a falta de aliados de Jair Bolsonaro, dissociando os partidos do mesmo lado político que o líder do executivo.

Nesse contexto, o deputado utiliza novamente o argumento de competência, enquanto caminhava para o término da sua resposta, no minuto 5’53”, em que discursa o seguinte: “[...] o presidente Bolsonaro, em nenhum momento, falou de vacina. Não falou de emprego, de saúde, de vida. Fez ameaças o tempo inteiro, estimulou a violência, e não é isso que o Brasil precisa em um momento tão grave da sua história” (informação verbal). São apontados por Freixo, dessa maneira, argumentos que buscam tentar colocá-lo como uma autoridade e uma pessoa conhecedora do cenário brasileiro e das necessidades do país.

Com o fim da argumentação do deputado do PSB, a mediadora faz a mesma pergunta ao deputado Ricardo Barros, que não responde a pergunta, mas argumenta as afirmações de Freixo de que o presidente não citou pautas como a vacina e o emprego. No início da argumentação do líder do governo na Câmara, o 7 de setembro, de acordo com Barros, seria uma repetição do que Jair Bolsonaro disse em outra ocasião no Palácio do Planalto, em que foram anunciados dados de um investimento no transporte ferroviário. Seguindo a argumentação, o deputado afirma que o debate das manifestações era o ativismo político e, por isso, não foram mencionadas outras pautas pelo presidente.

O deputado Ricardo Barros desenvolve a sua argumentação fazendo críticas ao judiciário, que, segundo o político, teria avançado nas prerrogativas do executivo e do legislativo. Em particular, Barros cita, em vários momentos, o ministro do Supremo Tribunal Federal, o STF, Alexandre de Moraes, que estaria cometendo excessos e teria motivado a ida de todos os manifestantes para as ruas. Por meio do uso de um argumento de competência, o deputado afirma, sem comprovar, no minuto 7’03”, que “[...] não tem um advogado no Brasil que concorde com o ministro Alexandre de Moraes ser o inquisidor, a vítima e o julgador”

(informação verbal). Desse modo, o argumento tenta colocar Barros como uma pessoa que sabe dos posicionamentos dos advogados brasileiros.

No que se refere também às estratégias argumentativas, o líder do governo da Câmara cita dados da quantia possibilitada pelo governo ao transporte de ferrovia. Por meio de uma associação, portanto, Barros cita, no instante 6'38" do quadro, que "[...] o que ele falou no Palácio do Planalto na solenidade de autorização ferroviária, que viabilizou 50 bilhões de investimentos no Brasil" (informação verbal). Diante disso, a menção do valor pode tentar contribuir na atribuição do valor do investimento ao presidente Jair Bolsonaro pelo telespectador.

Por fim, nos últimos trechos da resposta, o deputado utiliza novamente a estratégia de associação, no minuto 8'55", quando afirma que "[...] nós não estamos debatendo outras coisas nos últimos tempos que não a invasão do judiciário sob prerrogativas dos outros poderes" (informação verbal). Ao dizer o "nós", Barros se inclui no grupo de participantes das manifestações e, assim, tem a possibilidade de causar no público maior proximidade e identificação.

Logo depois, o deputado finaliza a sua resposta com um argumento de competência, pois, no minuto 9'06", diz que "eu, como fui relator da lei de abuso de autoridade, sei exatamente do que nós estamos falando e vou detalhar mais a frente" (informação verbal). Essa relação estabelecida com a lei pode gerar, então, uma imagem que atribui a Barros maior credibilidade, domínio e conhecimento sobre o assunto debatido.

Encerrada a argumentação de Barros, a mediadora questiona o deputado Marcelo Freixo, o político é questionado pela debatedora se há um ativismo político no judiciário. O debatedor da vez não responde a pergunta inicialmente, mas sim o líder do governo na Câmara. Freixo inicia a sua contribuição no debate relatando que o presidente discordar do Supremo Tribunal Federal é legítimo, mas que não poderia acontecer por meio de ameaças, o que, segundo o deputado, coloca a vida do ministro e da sua família em risco.

Nesse sentido, a argumentação de Freixo prossegue destacando que Jair Bolsonaro não estaria cuidando de pautas importantes para a população, assim como da própria sociedade, e Barros teria consciência disso. Por fim, Freixo destaca o preço dos alimentos e as dificuldades que as famílias estão enfrentando por conta do aumento do preço dos insumos.

Destacam-se três momentos específicos da argumentação de Freixo em que o político se utiliza de estratégias argumentativas. No minuto 9'29", o deputado do PSB faz uma dissociação,

na medida em que cita que “[...] eu não estou falando, aqui, que não possa haver divergência entre os poderes. Existe muita divergência do legislativo com o executivo e, nem por isso, tem ameaças” (informação verbal). Isso porque, com a afirmação, o deputado pode tentar induzir ao telespectador a descolar a ideia de que o mesmo acha que possa haver divergência entre os poderes.

Por outro lado, no minuto 9’52”, Freixo insere uma associação na sua fala, quando aponta que “[...] não é a divergência que estamos falando. Nós estamos falando de ameaça” (informação verbal), ou seja, o político tenta promover a sua inclusão em um coletivo e, conseqüentemente, a aproximação com o telespectador que considera os atos de Jair Bolsonaro ameaçadores.

Com o uso de uma estratégia argumentativa de competência, no minuto 10’23”, Freixo afirma que “você [Ricardo] sabe o que a CPI da Covid está investigando ali. Você sabe o quanto o desemprego está assolando o Brasil” (informação verbal). É possível notar que o deputado do PSB tenta atribuir responsabilidade a Barros para entender as investigações da CPI e que Barros compreende as conseqüências do desemprego no país.

Ainda na primeira fase, Carol Nogueira pergunta ao deputado Ricardo Barros se Bolsonaro partiu para o “tudo ou nada”. O líder do governo na Câmara afirma que não e constrói a sua dinâmica argumentativa revelando as medidas de Jair Bolsonaro em relação ao combate à pandemia de Covid-19, como o número de pessoas vacinadas, e a ajuda financeira do auxílio emergencial e, também, o valor destinado ao investimento em infraestrutura.

No início da resposta de Barros, no minuto 11’04”, é possível identificar uma dissociação seguida de uma estratégia de competência, pois o orador diz que “claro que não. O governo Bolsonaro está terminando agora de vacinar todos os brasileiros adultos com a primeira dose e indo para segunda. Já são 190 milhões de vacinas aplicadas” (informação verbal). Primeiramente, há uma possível intenção de afastar a ideia de que o governo teria partido para o “tudo ou nada”, por meio do “claro que não”. Em seguida, com a menção dos dados do andamento da vacinação, observa-se que o público pode identificar competência no deputado para argumentar sobre os feitos do governo.

Para Marcelo Freixo, então, a mediadora pergunta se é cabível o trecho do Jair Bolsonaro na Avenida Paulista, no dia 7 de setembro, em que o líder do executivo afirma que não vai cumprir decisões do ministro Alexandre de Moraes. O deputado inicia a sua argumentação se dirigindo a Ricardo Barros afirmando não cumprir decisão judicial é crime de responsabilidade e

citando a quantidade de pedidos de impeachment que já foram feitos. Além disso, a pauta da pandemia de Covid-19 é abordada, por meio das consequências que ela provocou na sociedade, mas, também, as vacinas que não foram entregues e possíveis irregularidades na sua compra e, por fim, o número de desempregados e de pessoas com fome.

No minuto 13'17", Freixo diz que “[...] o presidente não tomou a vacina, não usa máscara, estimula as pessoas a não se isolarem, a não tomarem cuidado. Ele é responsável direto pelas mortes que a gente está assistindo” (informação verbal). Evidencia-se, dessa forma, o uso da associação que pode colaborar na leitura do público de que Bolsonaro seria a figura responsável pelas perdas provocadas pela pandemia de Covid-19.

Também por meio do uso da associação, no minuto 14'02”, o líder do bloco da minoria na Câmara se direciona a Barros mencionando que “você mesmo, líder do governo, está sendo investigado pela CPI¹⁶ da Covid. Tem fraude. Criaram propina sob a vacina” (informação verbal). Nessa fala, Freixo tenta fazer com que o telespectador reenquadre a figura do deputado Ricardo Barros a de investigado e possível responsável das fraudes e da propina na compra de vacinas.

Como o deputado Ricardo Barros foi citado nominalmente na argumentação do debatedor anterior, a mediadora do debate passa a palavra para ele. Logo nos primeiros segundos, no minuto 14'54”, o político usa uma estratégia de competência e diz que “[...] a CPI está ouvindo inúmeras pessoas. Nenhuma delas confirmou a narrativa da CPI. Todas contestaram a narrativa da CPI. Não vão achar corrupção no governo Bolsonaro. Não vão achar desvio de conduta” (informação verbal). Com isso, o público pode identificar em Barros uma figura competente para afirmar que todas as figuras ouvidas pela CPI contestaram possíveis narrativas e que não há corrupção no governo.

Após o uso dessa estratégia argumentativa, no minuto 15'09”, sobre a CPI, o deputado diz que “vão indiciar [Bolsonaro] por curandeirismo, por hidroxiquina que quem mandou dar, em primeira mão, foi a Organização Mundial da Saúde” (informação verbal). Ou seja, Barros propôs uma dissociação para tentar tirar o possível crime de curandeirismo de Bolsonaro por conta da indicação do medicamento, na medida em que o órgão teria recomendado. Desse modo, nos minutos finais, o deputado segue mencionando o progresso e previsões positivas que o governo Bolsonaro iria conseguir em janeiro.

¹⁶ CPI significa Comissão Parlamentar de Inquérito

Depois que os 5 minutos de debate de cada político se esgotam, são exibidas as manifestações do ministro Alexandre de Moraes e do ministro Luís Roberto Barroso na mídia social Twitter sobre o dia 7 de setembro.

Na segunda etapa do programa, a mediadora afirma que ocorreram atos contrários ao presidente Jair Bolsonaro após o discurso do presidente no dia 7 de setembro, tanto nas mídias sociais por atores políticos quanto nas ruas de capitais brasileiras, como do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, bem como confirma a reportagem da CNN Brasil exibida na sequência. Em vista disso, Carol Nogueira afirma que a etapa será focada nos aspectos políticos e pergunta aos debatedores se o avanço de pautas importantes para o governo e para a sociedade fica comprometido depois dos atos do dia 7 de setembro.

Primeiro debatedor a responder, o deputado Ricardo Barros inicia a sua fala com o uso de uma estratégia argumentativa de competência, no minuto 18'04", enfatizando que "claro que não, nós temos votado. Votamos na semana passada imposto de renda, vamos votar código eleitoral e votaremos reforma administrativa. A Câmara dos Deputados já votou inúmeras matérias relevantes" (informação verbal). Nesse sentido, com o progresso destacado pelo político, há a possibilidade do telespectador ser convencido de que o avanço de pautas importantes não foi comprometido.

Então, no decorrer da argumentação, o político destaca que as aprovações caminham bem na Câmara, mas, no Senado, há mais lentidão, por causa do Supremo Tribunal Federal de acordo com Barros, como foi dito no minuto 18'58": "o Supremo Tribunal Federal mandou instalar a CPI da Covid, invadindo a prerrogativa do presidente do Congresso Nacional" (informação verbal). Dessa forma, o deputado finaliza a sua argumentação com uma estratégia de dissociação, o que faz com que a culpa seja depositada no STF, e não de possíveis ações do governo.

Respondendo a mesma pergunta anterior, o deputado Marcelo Freixo responde que não acha que pautas importantes seriam comprometidas após as manifestações. Isso pois, de acordo com o líder do bloco da minoria na Câmara, o ato de Bolsonaro seria de desespero, pois a sua popularidade estaria caindo e só pretende dividir o povo e não perder mais eleitores. Ainda, Freixo cita o histórico do presidente e ressalta a contribuição e o trabalho do parlamento, apontando, por exemplo, a contribuição do mesmo para o aumento do valor do auxílio emergencial.

Nesta última argumentação de Freixo, foram ressaltadas duas estratégias argumentativas em trechos distintos. No primeiro, o deputado utiliza uma comparação, no minuto 20'22", ao falar que "[...] ele [Bolsonaro] age como um golpista, como alguém que não tem nenhum compromisso com a democracia, e nunca teve. Bolsonaro foi expulso do exército, justamente, porque não concordou com o processo de abertura política naquele momento com a ditadura" (informação verbal). É construída, então, uma argumentação que tenta igualar o presidente a um golpista, por meio da comparação, que pertence à família da analogia e do argumento de vínculo.

Quanto ao auxílio emergencial, Freixo cita quem foi o responsável pelo aumento da quantia. Isso ocorreu por meio da competência, no minuto 20'55" do debate, com a seguinte fala: "Ricardo, o parlamento vem agindo. Por exemplo, o auxílio emergencial. O seu presidente Bolsonaro ofereceu, no início da pandemia, R\$ 200,00. Ele e o Guedes. Fomos nós no parlamento, a oposição, que pegou os R\$ 200,00 e transformou em R\$ 600,00" (informação verbal). Freixo afirma que o movimento do parlamento, no qual ele se inclui, que levou ao aumento do auxílio, induzindo o público a enxergá-lo como uma autoridade para citar a mudança.

Na vez do deputado Ricardo Barros, a mediadora o questiona se seria o parlamento que age enquanto o parlamento está paralisado. Em seguida, Barros responde que não e cita a votação de medida provisória para a compra de vacina, cita dados de investimentos e vantagens do auxílio disponibilizado pelo governo. Além das afirmações, o auxílio emergencial voltou a ser debatido, no minuto 22'06", quando o deputado, por meio de uma estratégia de dissociação relata que "[...] o auxílio emergencial, que a oposição propôs R\$ 500,00, e o governo mandou R\$ 600,00. Freixo, para corrigir a sua narrativa" (informação verbal). Novamente, um político do Grande Debate visa atentar o público de quem partiu a proposta do valor decidido para o auxílio emergencial dos brasileiros.

A próxima pergunta da mediadora ao deputado Marcelo Freixo é se abriu-se um caminho para o pedido de impeachment para o presidente. O debatedor, a partir do minuto 23'55", menciona possibilidades de adesão de partidos distintos ao impeachment, após os atos do presidente no dia 7 de setembro, e destaca que Bolsonaro não conseguiu entrar no Partido Progressistas (PP), que pertence ao deputado Ricardo Barros.

Logo, o deputado Ricardo Barros é questionado por Carol Nogueira se Jair Bolsonaro está isolado e se o PP não aceita o presidente na sigla. O líder do governo da Câmara diz que

Bolsonaro que ainda não decidiu em qual partido irá se filiar e que o convite o PP estaria aberto. Enquanto em relação aos pedidos de impeachment e possíveis crimes de responsabilidade, Barros relativiza e nega a possibilidade de algum dos pedidos que foram solicitados seja aberto.

E sobre as pessoas que veem crime de Bolsonaro e uma possível abertura de impeachment, o deputado aponta, no minuto 26'22", que "[...] isso é gente que tem medo do judiciário. Eu fui relator da Lei de Abuso de Autoridade, sei do que estou falando" (informação verbal). Nesse trecho, Barros usa, novamente, um argumento de competência para tentar convencer o telespectador de que entende do assunto por ter sido o relator de uma lei.

O deputado Marcelo Freixo é questionado, em sequência, se ele vê abuso de autoridade por parte do presidente Jair Bolsonaro. O político responde sim e diz que não cumprir uma ordem judicial, como Bolsonaro disse que faria no dia 7 de setembro, é um crime de responsabilidade, além do crime contra a saúde pública, que, de acordo com o deputado, o presidente teria feito uma dezena deles. A reação do presidente, ainda de acordo com Freixo, não seria por conta do ativismo político, e sim por medo dos filhos serem presos.

Para tentar enfraquecer o argumento de que o governo Bolsonaro e seus apoiadores se manifestaram no dia 7 de setembro por conta do ativismo político no judiciário, Freixo usa uma estratégia argumentativa de associação. No minuto 27'10", o deputado do PSB afirma "você sempre apoiaram o Sérgio Moro e, agora, está falando sobre ativismo político no judiciário. Você chamou até ele para ser ministro. Ali não tinha ativismo político no judiciário, né?" (informação verbal). Na medida em que Freixo faz essa colocação, é possível passar uma ideia de contradição, quando comparado o passado com o que contestam atualmente.

Depois da fala de Freixo, como os debatedores fizeram duas interrupções, os tempos foram zerados e o Grande Debate partiu para a terceira etapa, junto com uma nova dinâmica. E com 30 segundos, o deputado do PSD pergunta ao outro debatedor se, caso o ministro Alexandre de Moraes ou a sua família sofrerem um atentado, por conta das ameaças feitas pelo presidente, o próprio Ricardo Barros, além de Bolsonaro, não se sentiria responsável pelo crime.

O deputado Ricardo Barros não responde a pergunta de Marcelo Freixo, mas explica que, por ser de um partido que faz parte do centro, não haveria nada de errado em garantir a governabilidade a quem vence as eleições. De acordo com Barros, não há ameaças do ministro do STF, e muito por conta da liderança de Bolsonaro, que assegura que as manifestações aconteçam de maneira pacífica. Embora com as afirmações anteriores e confirmando que tinham

pessoas no 7 de setembro com intenções mais duras, o deputado ressalta que é preciso conter o ativismo do judiciário, ou seja, tendo em vista o que foi argumentado, o risco de um atentado ao ministro e sua família foi desconsiderado.

Na réplica do deputado Marcelo Freixo, o político diz que as ameaças à vida do ministro e de sua família são evidentes e elas são estimuladas pelo presidente Bolsonaro. Ainda, de acordo com o deputado do PSB, por conta de Barros ter feito parte de governos distintos e ser de um partido de centro, esses fatos deveriam induzi-lo a cuidar das relações institucionais. Entretanto, Ricardo Barros, por sua vez, responde a Freixo reforçando que não há ameaça.

Finalizando o assunto que se debatia anteriormente, o líder do governo na Câmara pergunta ao deputado Marcelo Freixo se ele se mudou do PSOL para o PSB porque abandonou a defesa da liberalização, da maconha e das pautas características do PSOL ou o motivo foi para que se aproximar do centro e obtivesse mais votos nas eleições para o governo do Rio de Janeiro.

Freixo, na sequência, agradece o “gancho” feito por Barros em relação ao Rio de Janeiro, mas desvia da pergunta e não responde o motivo da mudança de partido. A argumentação parte da afirmação do deputado do PSB de que o governador do Rio de Janeiro ser bolsonarista influencia o número de mortes por Covid-19 e a suposta corrupção no estado, assunto que prossegue a partir de acusações de rachadinha pela família Bolsonaro. Já no final da sua argumentação, Freixo revela que foi para o PSB porque precisa fazer uma aliança e criar diálogo para derrotar o Bolsonaro no Rio de Janeiro e tirar o estado do crime.

Nesse contexto, a resposta de Freixo contém, no minuto 34’13”, uma estratégia argumentativa de competência e associação, no seguinte período: “[...] 1 em cada 5 brasileiros que estão morrendo [por Covid-19] são do Rio de Janeiro, e tem muito a ver com a qualidade do governador, que é ligado a Bolsonaro” (informação verbal). Sem citar a fonte dos dados, o deputado ainda pode convencer o público de que é uma autoridade para falar sobre os número de mortos, enquanto, por meio de uma associação, provoca no telespectador uma possível ligação entre os dados negativos de Covid-19 e a ligação do governador com o presidente Jair Bolsonaro.

A resposta de Ricardo Barros a Freixo é que o deputado do PSB estaria fazendo a mesma movimentação criticada pelo mesmo a respeito do centro. Por conseguinte, Marcelo Freixo diz que a transição foi feita com muito diálogo e visando defender a democracia, preservar a Constituição e derrotar o extremismo.

Para finalizar o Grande Debate, Carol Nogueira pergunta se o que foi visto nas ruas antecipa alguma leitura para 2022. E sendo o primeiro a debater, Marcelo Freixo afirma que sim e diz que as eleições de 2022 serão as mais importantes da história, pois, segundo o deputado, caso Bolsonaro vença, isso representará o fim da Constituição de 1988 e da democracia. Ricardo Barros, o segundo a argumentar, também considera que as manifestações antecipam uma interpretação para as eleições, pois, de acordo com o deputado do PP, a grande quantidade de pessoas a favor de Bolsonaro nas ruas no dia 7 setembro em comparação às pessoas contra o presidente faz muita diferença.

Diante da análise exposta, observa-se que a estratégia argumentativa que aparece com mais frequência na argumentação dos políticos é a de competência, uma vez que colabora na credibilidade de cada deputado enquanto debatedor e, conseqüentemente, ajuda no convencimento do público sobre a opinião defendida por cada orador. Já a estratégia de associação foi identificada como a segunda mais utilizada, sendo na argumentação de Marcelo Freixo em que ela foi mais introduzida.

Por conta do deputado Marcelo Freixo fazer parte da oposição ao governo de Jair Bolsonaro, pode-se concluir que o uso mais frequente da associação se refere, principalmente, aos momentos em que o político associa a gestão do presidente aos problemas vividos pelos brasileiros. Como, por exemplo, as mortes por Covid-19, as possíveis ilegalidades na compra e distribuição de vacinas, as supostas propinas na compra de doses e a investigação de aliados do governo na CPI.

Já o deputado Ricardo Barros, por ser líder do governo na Câmara, foi o debatedor que mais usou a estratégia argumentativa de competência, o que pode ser explicado pela possível intenção de Barros de tentar demonstrar legitimidade na sua argumentação e maestria na sua atuação no governo Bolsonaro. Na medida em que o deputado, enquanto aliado do presidente, busca afirmar a sua competência, acaba beneficiando, também, a imagem do Governo Federal para o telespectador.

Ao longo do quadro, também foi possível perceber que ambos argumentaram e, ao mesmo tempo, articulavam o rosto e as mãos de maneira expressiva e davam ênfase em diversos momentos da fala. Entretanto, os debatedores se diferenciam em alguns aspectos enquanto ouviam o outro político argumentar. De um lado, Ricardo Barros permanecia mais estático, sério

e com poucas reações faciais, e do outro, Marcelo Freixo se mostrava mais expressivo, principalmente, com o movimento das sobrancelhas, e com o movimento da cabeça.

6.2 Deputados Capitão Derrite (PP - SP) e Kim Kataguiri (DEM - SP)

Neste segundo debate, o assunto é a politização das polícias e militares, sob a perspectiva das manifestações, em especial, a de 7 de setembro. E os debatedores do Grande Debate são o deputado federal Capitão Derrite (PP - SP) e o deputado federal Kim Kataguiri (União - SP).

Figura 3 - Politização das polícias



Fonte: print do quadro O Grande Debate no Youtube

Como de praxe na primeira etapa do debate, é exibida uma reportagem que explica como a presença de policiais e militares em atos políticos ganharam destaque. Uma das personalidades que é mencionada na reportagem é o Coronel Aleksander Lacerda, afastado pelo estado de São Paulo do comando da polícia após publicações de cunho político em mídias sociais.

Ainda na produção da CNN, é mencionado que, tanto o Ministério Público de São Paulo quanto o do Distrito Federal defendem afastar policiais militares da ativa de atos políticos, estejam os profissionais fardados ou não. Entretanto, no caso do general Pazuello, o Exército decidiu não aplicar uma punição, quando o ex-ministro da Saúde participou, ao lado de Bolsonaro, de um encontro de motociclistas.

A primeira pergunta, assim como a mais geral, destinada aos dois debatedores é se os policiais militares podem participar de atos políticos. E o primeiro deputado a responder é o Kim Kataguirí, que afirma que policiais da reserva podem usar a sua farda, participar de manifestações políticas, disputar eleições e, também, usar o cargo ocupado em nome eleitoral. Entretanto, para o deputado, o que não pode é a participação de qualquer militar da ativa em atos políticos.

Na sequência, Capitão Derrite responde a mesma pergunta e diz que os policiais não só podem participar de manifestações políticas, como também devem, mas faz uma distinção entre o policial fardado no exercício da sua função e aqueles profissionais que, mesmo sendo da ativa, estão no seu período de folga. Esses, de acordo com Derrite, então, sem estarem exercendo o seu cargo, poderiam participar de atos políticos, caso contrário, estariam sendo rebaixados a cidadão de segunda categoria.

Retomando o que Derrite afirmou anteriormente, a mediadora pergunta a Kim Kataguirí se proibir policial militar de participar de manifestação é colocá-lo como cidadão de segunda categoria. O deputado do União Brasil (União - SP), na vez de sua colocação, expõe que discorda da afirmação, pois a separação do militar na política consistiria, justamente, na defesa de que os policiais são cidadãos de primeira categoria, porém, com restrições de direitos da própria carreira. Nesse sentido, Kataguirí utiliza as estratégias argumentativas de exemplo e comparação, tipos de analogias da família dos argumentos de vínculo, no minuto 10'41", ao citar que a restrição aos policiais "é assim na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Europa... aliás, em países desenvolvidos a restrição é até maior do que a gente tem aqui no Brasil" (informação verbal).

Também com o uso da estratégia do exemplo, porém, junto ao de competência, da família do argumento de autoridade, o deputado do União Brasil afirma, no instante 11'09" de sua fala, que "instituições, países que aceitam esse tipo de manifestação são republicanas: Venezuela, Cuba, União Soviética... aliás, a própria jurisprudência do Tribunal Militar diz o seguinte: é típico de Estado totalitário juntar política com militares" (informação verbal). Com isso, Kataguirí, além de citar países como exemplo, atribui um juízo de valor às repúblicas mencionadas, o que pode ser interpretado como uma maneira de mostrar competência do orador para utilizar a nomenclatura, bem como a menção à jurisprudência, que também pode atribuir mais autoridade ao deputado.

Após a conclusão de Kataguirí, a mediadora Carol Nogueira pede ao Capitão Derrite que comente a afirmação do outro debatedor de que os militares têm restrições de direitos. O deputado do Partido Progressistas (PP), então, confirma a afirmação, mas destaca a necessidade de diferenciar o militar que está fardado representando a sua instituição em um ato político daquele que, mesmo da ativa, está em horário de folga.

Para elucidar quais são as restrições dos policiais e militares e afirmar a sua opinião de que esses agentes, até os da ativa, podem se manifestar politicamente, desde que sem estar fardado ou em serviço, Derrite usa uma estratégia argumentativa de competência, para tentar se mostrar um debatedor com domínio no assunto. Essa é dita no minuto 12'37" e afirma que "a Constituição ela está, expressamente, proibindo o direito à greve do policial militar e do militar, a sindicalização e, até o habeas corpus, que é um direito fundamental, previsto no Artigo 5º da Constituição" (informação verbal).

A próxima questão destinada a Kim Kataguirí é como fica o horário de folga dos policiais. O deputado do União Brasil responde que a legislação é expressa quanto à vedação de militares da ativa fardados ou não e a restrição estaria "no regulamento interno da política, na jurisprudência do Superior Tribunal Militar, no Tribunal Militar do Estado de São Paulo e na Constituição Paulista" (informação verbal), citados no minuto 13'46" do debate. Com isso, em mais uma ocasião, Kataguirí cita uma estratégia de competência para contribuir no convencimento da sua argumentação. E finalizando a exposição da sua opinião, o deputado reforça que o direito à manifestação é restrito para militares da ativa, mesmo que, na participação, eles estejam fardados ou não.

Na vez da argumentação de Capitão Derrite, o deputado é perguntado se a lei é expressa sobre a restrição dos policiais e militares apontada por Kataguirí. Ao confirmar que a legislação é expressa, Derrite destaca que não se pode comparar a Constituição com legislações infraconstitucionais, como o regulamento disciplinar interno da polícia, pois a Carta Magna não aborda o período da folga. Durante esse período, caso o policial ou militar não possa participar de ato político, estaria sendo retirado o seu livre exercício de manifestação e a liberdade de expressão e colocaria o profissional como cidadão de segunda categoria.

Após a finalização da fala do deputado Capitão Derrite, o Grande Debate segue para sua segunda fase, em que as perguntas são mais direcionadas e formuladas a partir de entrevistas feitas pela CNN sobre o assunto. No caso deste debate, o trecho da entrevista exibido foi o do

ex-ministro da Defesa Raul Jungmann, em que reforça que as forças armadas não participam da política, pois é uma corporação de Estado. Essa afirmação serve, deste modo, de fundamento para que a mediadora pergunta ao Derrite se a política entrou no quartéis.

O deputado do PP afirma que a política entrou nos quartéis, assim como deve entrar cada vez mais. Entretanto, Derrite enfatiza que as Forças Armadas não deve se posicionar, mas sim o indivíduo que faz parte das instituições de segurança, de maneira a exercer o seu direito de cidadania. Buscando esclarecer a sua opinião, o deputado usa uma estratégia argumentativa de apresentação, que pertence à família do reenquadramento, a partir do minuto 19'59", pois descreve os elementos da situação citada a seguir: “[...] eu não vejo aqui um comandante de tropa chegar em um palanque para lecionar para uma tropa de 300 ou 400 policias e direcionar um determinado apoio a um grupo político. Isso sim estaria errado” (informação verbal).

Prosseguindo o debate, Carol Nogueira pergunta ao deputado Kim Kataguiri se proibir policial de participar de atos políticos é um ataque à democracia brasileira. Dessa maneira, Kataguiri, nos momentos iniciais de sua fala, expõe um extenso argumento de comparação com outros políticos, países e blocos democráticos, no minuto 21'39", para negar que a restrição aos policias seria antidemocrático.

Bom, se isso for atentado à democracia, podemos chamar Edmund Burke, George Washington, Carlos Lacerda e Ulysses Guimarães seriam ditadores. Todos os países da União Européia, dos Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido de ditaduras, pois, todos eles possuem restrições mais rigorosas que o Brasil (KATAGUIRI, 2021).

Na sequência, buscando corrigir o que Derrite abordou anteriormente, Kataguiri diz que quem está proibido de fazer greve é o indivíduo policial militar, e não a instituição militar.

Em suas palavras finais, o deputado do PP diz que é um defensor da democracia e que, destacando novamente o que defendeu anteriormente no debate, define que o que estão fazendo com os policiais militares seria classificá-los como cidadãos de segunda categoria. Isso porque estão tirando direitos desses profissionais, como o de cobrar, de forma individual, os políticos que votaram nas eleições.

Visando ouvir, também, um entrevistado com posicionamento contrário ao do ex-ministro da Defesa Raul Jungmann, o Grande Debate exhibe a opinião do deputado federal Coronel Tadeu

(PL - SP). Esse último entrevistado, por sua vez, diz que o policial militar é livre para participar de uma manifestação política, o que não poderia é usar a instituição para se manifestar.

Nesse sentido, a mediadora pergunta ao deputado Kim Kataguiri se impedir a manifestação de policiais militares, na condição de cidadãos e sem farda, é ferir o direito de expressão individual. E, mais uma vez, Kataguiri afirma que não, pois, se não é possível um policial militar se filiar a um partido político, tampouco poderia participar de uma manifestação política. Ainda, o deputado reafirma a jurisprudência de regulamentos e tribunais.

Carol Nogueira, na sequência, questiona Derrite se o direito de expressão estaria comprometido com a possível proibição dos policiais militares. E o deputado reforça, então, o seu argumento da Constituição e o direito assegurado por ela à liberdade de expressão, como afirmou em outro ponto do debate, e elucida que esse direito não é vedado ao policial militar.

Por isso, a mediadora pergunta a Kataguiri se existe essa separação entre pontos distintos da Constituição, um sobre os direitos fundamentais e outro a respeito da garantia da separação das Forças Armadas da política. Nesse contexto, o deputado do União Brasil responde que não, reafirma o que diz a Constituição e usa estratégias argumentativas de exemplo, associação e competência, no minuto 28'44", em que fala: “[...] eu imagino o quão seria a indignação se a gente fosse policiais militares da ativa organizando uma manifestação petista, por exemplo. A indignação por parte dos bolsonaristas, não tenho dúvida, seria a mesma” (informação verbal). Esse trecho revela que Kataguiri elabora determinada ocasião, estabelece uma relação de união com o telespectador, na medida em que cita “a gente” e tenta fazer com que o público o veja como competente, tendo em vista que o deputado expõe que imagina a indignação e, depois, diz que não tem dúvidas sobre o sentimento dos bolsonaristas.

Chegada a terceira etapa do Grande Debate, os políticos fazem perguntas entre si. Sendo assim, em primeiro lugar, Kim Kataguiri pede ao outro debatedor a sua avaliação sobre o desempenho dos militares no governo Bolsonaro. Logo, o deputado Capitão Derrite inicia afirmando que possui independência e autonomia, que é apoiador do governo Bolsonaro nas pautas que acha importante e fez críticas ao ex-ministro da Saúde General Pazuello e ao ministro Luiz Eduardo Ramos, enquanto sobre o então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, diz que ele vem fazendo o seu papel, apesar da crise hídrica.

Para reafirmar a sua autonomia, Derrite utiliza uma estratégia de dissociação, da família dos argumentos de reenquadramento, no minuto 30'18", quando diz foi “[...] eleito graças ao

apoio que tive do povo paulista. Não fui eleito com a legenda do PSL. Não tive vídeo do presidente Bolsonaro pedindo votos para mim, e sou apoiador do Governo Federal” (informação verbal). A fala demonstra, portanto, a tentativa do deputado de se distanciar do que poderia contribuir na sua eleição, como ser do PSL ou apoio de Jair Bolsonaro.

Kataguirí responde o deputado do PP e diz que concorda com a análise a respeito da gestão de parte dos militares, mas discorda sobre a avaliação da gestão do ministro Bento Albuquerque, que estava no governo no ano em que ocorreu o debate e afirma que está difícil encontrar alguma pauta boa do governo para apoiar. Posteriormente, Derrite afirma que possui uma visão mais otimista do Governo Federal e que consegue ver pontos positivos, tanto pela aprovação de reformas que estavam paradas quanto pelo auxílio oferecido à população durante a pandemia de Covid-19.

Com a última pergunta do debate, Derrite questiona o deputado do União Brasil se, em qualquer manifestação que o Movimento Brasil Livre (MBL), do qual Kataguirí faz parte, policiais militares de São Paulo da ativa em horário de folga participem e o grupo político saiba, qual seria sua postura. Dessa forma, a resposta do debatedor para a pergunta seria rejeitar, pois acredita que a manifestação dos policiais é ilegal, independente se o ato for organizado pelo MBL, e, ainda, cita diversas críticas ao governo Bolsonaro.

Em meio às várias pontuações sobre o Governo Federal, Derrite inicia a sua réplica dizendo que para o outro debatedor se ater ao tema, tendo em vista que, segundo o deputado do PP, Kataguirí tem uma afeição ao presidente Jair Bolsonaro. Assim, Derrite completa a sua réplica por meio de uma estratégia argumentativa de competência, no minuto 36’59” da sua fala.

As manifestações lideradas por você e pelo seu grupo político, desde 2013 e 2015, não foram legítimas, porque elas tiveram a participação maciça de milhares de policiais militares de folga. [...] Eu vi centenas, para não dizer milhares de colegas policiais militares na folga participando das manifestações, lado a lado contigo, para derrubar a presidente Dilma Rousseff (DERRITE, 2021)

Partindo para a tréplica, Kataguirí responde o deputado do PP afirmando que ter uma participação individual de policiais da ativa em uma manifestação não faz dela ilegítima e, para contextualizar o que apresenta, usa um argumento de exemplo, no instante 37’47”, quando fala que “seria o mesmo que dizer que, se eu, em uma manifestação contra o PT ou contra o

Bolsonaro, cometo um ato de vandalismo, estou invalidando toda a manifestação” (informação verbal).

Nas considerações finais, Carol Nogueira pergunta aos deputados se policiais ou militares que participarem de atos políticos devem ser punidos. Desse modo, Derrite afirma que não há nenhuma restrição expressa de nenhum militar da ativa que o impeça de participar de manifestações em seu horário de folga. Por outro lado, Kataguri diz que sim, ou seja, devem ser punidos, e de acordo com o rigor do próprio regulamento dos policiais e militares, o qual, expressamente, segundo o deputado, proíbe manifestações coletivas ou individuais.

Com isso, tanto na argumentação quanto nos elementos audiovisuais, nota-se expressiva diferença entre os debatedores. Ainda que o deputado Capitão Derrite seja apoiador do presidente Bolsonaro, o debatedor fez críticas a determinados ministros do Governo Federal, o que provocou certos momentos de convergência entre a argumentação de Derrite com a do deputado Kim Kataguri. Entretanto, em relação à participação de policiais e militares da ativa em manifestações políticas, ambos foram enfáticos e estavam convictos das suas respectivas opiniões.

Na defesa de que os policiais e militares da ativa durante a folga poderiam se manifestar politicamente, Derrite utilizou, em maior quantidade, a estratégia argumentativa de competência, visando tentar transmitir autoridade nas suas pontuações. Já com um posicionamento contrário, ou seja, de que os policiais e militares não devem participar de atos políticos, Kataguri fez o uso da estratégia de exemplo por várias vezes ao longo do debate, principalmente, quando expôs países e blocos do exterior que dispõem restrições aos policiais e fortalecem a separação entre as Forças Armadas e a política e, mesmo assim, são democracias.

Outro aspecto que evidencia a diferença entre os políticos é a forma como cada um se articula enquanto debate. Se no deputado Capitão Derrite era possível notar as diferentes expressões faciais e as entonações e ênfases durante a sua argumentação, no deputado Kim Kataguri, as alterações eram mais difíceis de serem identificadas. Isso porque o membro do União Brasil permaneceu, durante grande maioria do tempo do debate, na mesma posição corporal e, dificilmente, modificava a sua expressão facial ou a altura da sua voz, mantendo as respostas lineares e sem pausas.

Logo, mesmo que a argumentação de Kataguri fosse bem articulada no que tange às estratégias argumentativas, no formato audiovisual, a sua performance torna-se menos

convincente e monótona, visto que os planos e enquadramentos também influenciam na leitura do público sobre um orador. Em contrapartida, a repetição dos mesmos argumentos por Capitão Derrite, junto com a pouca diversidade de estratégias argumentativas, quando comparado com as falas de Karataguiri, também enfraquece o deputado do PP no debate em termos de convencimento dos telespectadores.

6.3 Deputados federais Alexandre Molon (PSB - RJ) e Victor Hugo (PSL - GO)

O penúltimo debate analisado por este trabalho possui o tema da crise política entre os poderes, sob o ponto de vista da política, e quais são os seus impactos políticos. Esse assunto de destaque na programação da emissora foi debatido pelos deputados federais Alessandro Molon (PSB - RJ), líder da oposição na Câmara dos Deputados, e Vitor Hugo (PSL - GO), líder do seu partido na Câmara.

Figura 4 - Crise entre os poderes



Fonte: print do quadro O Grande Debate no *Youtube*

Os fatos mais recentes que foram exibidos e que antecedem a primeira etapa do debate são o questionamento da Advocacia Geral da União, a AGU, a respeito do regimento interno do Supremo Tribunal Federal, o STF, visando impedir a abertura de inquérito pelo próprio tribunal, o envio do pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes ao Senado pelo presidente Jair Bolsonaro, que também havia anunciado pretender fazer um segundo com o ministro Luís Roberto Barroso.

Em seguida, a reportagem exhibe as reações do presidente do Senado Rodrigo Pacheco, a nota de apoio do STF a Alexandre de Moraes e as manifestações de ex-ministros e governadores. Ao final, mostra Bolsonaro afirmando que fez tudo dentro das 4 linhas da Constituição e questionando a sua investigação. Isso porque o presidente virou alvo do inquérito das *Fake News*, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes e atendendo o pedido aprovado por unanimidade pelo Tribunal Superior Eleitoral, por conta da divulgação de informações falsas pelo presidente a respeito do sistema eletrônico de votação.

Antes do pedido de impeachment de Moraes, o ministro chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, havia demonstrado diálogo e aproximação com o presidente do STF, Luís Fux, que também mostrou aproximação do político. Por isso, o debate faz um gancho desse cenário e busca ouvir dos debatedores sobre a resistência dessa relação que havia se formado entre os poderes.

Nesse sentido, a primeira pergunta que a mediadora Carol Nogueira faz aos debatedores é se a crise entre os poderes é uma crise política. E o primeiro a responder, o deputado Alessandro Molon, que confirma a característica da crise, deposita a culpa em Jair Bolsonaro, devido à sua ida a manifestações que pedem o fechamento do Congresso e à incitação de ódio, menciona o apoio dos partidos de centro ao presidente e defende o trabalho do STF em zelar pela Constituição. Em vista disso, Molon usa uma estratégia argumentativa de associação, da família de reenquadramento do real, no minuto 7'35", quando afirma que "a crise entre os poderes é um crise política, e ela tem um responsável, que é conhecido por todo o país, chama-se Jair Bolsonaro. É o presidente da República que vem atacando os poderes insistentemente" (informação verbal). Ao colocar Bolsonaro como responsável, o deputado tenta desenvolver no telespectador uma ligação entre o presidente e a crise.

Ressalta-se, também, na fala do deputado Alessandro Molon uma estratégia argumentativa de competência, da família dos argumentos de autoridade e enquadramento do real, no instante 8'58", quando expõe que "até o momento, ele [Bolsonaro] não enfrentará o impeachment que a maioria do povo brasileiro, segundo as pesquisas de opinião, já quer. Mais de 50% na última pesquisa, 58% querem o afastamento do presidente da República" (informação verbal). Os dados que são colocados tentam, desse modo, convencer o público de que Molon reconhece o cenário político e teria propriedade para tal argumentação.

Direcionando a mesma pergunta, ou seja, se a crise entre os poderes é uma crise política e adicionando uma provocação a partir do que disse Molon, a mediadora também questiona ao deputado Vitor Hugo se a culpa é do presidente Jair Bolsonaro. Logo, o líder do PSL afirma que as críticas não têm a finalidade de fechar o Congresso ou o STF, enfatiza que os poderes deveriam exercer o seu papel de maneira harmônica e equilibrada, porém, de acordo com o deputado, há decisões do STF que extrapolam e causam instabilidade, e, finalizando a fala, responde que a culpa da crise não é do Bolsonaro.

No minuto 13'14" do debate, nota-se que Vitor Hugo utiliza um argumento de exemplo, da família dos analógicos e de vínculo, quando pronuncia que “a gente pode falar, por exemplo, da decisão que pediu a nomeação do delegado Ramagem para diretor geral da Polícia Federal ou, por exemplo, decisões que invalidaram parte dos decretos de armas do presidente Bolsonaro” (informação verbal). Essas ocorrências apresentadas tentam demonstrar para o telespectador casos em que o judiciário, segundo o deputado, ultrapassaram as regras da Constituição e tentam fortalecer a sua opinião.

Continuando do destaque das estratégias argumentativas, o líder do PSL também utiliza um argumento de competência, das famílias de autoridade e enquadramento do real, no minuto 14'24”, em que declara que “o presidente da República, que representa 212 milhões de brasileiros, que teve quase 58 milhões de votos e tem legitimidade, inclusive, legal, sim, para propor impeachment de ministro do Supremo” (informação verbal). O que pretende, possivelmente, o deputado com essa fala é tentar evidenciar a popularidade do presidente e, conseqüentemente, validar um pedido de impeachment de um ministro do Supremo.

A partir da maneira como se refere o deputado Vitor Hugo ao poder judiciário, ou seja, mais poderoso que os demais poderes, Carol Nogueira pede uma avaliação de Molon sobre a leitura do líder do PSL e se é necessário um reequilíbrio. Por conta disso, o deputado Alexandre Molon não responde diretamente sobre a necessidade do reequilíbrio, mas responde que a divergência de governos sobre decisões judiciais é democrático, mas são obrigados a cumpri-las e respeitá-las, ao contrário, o uso de ataque e intimidação, seria antidemocrático.

Por conta da fala do líder da oposição na Câmara, o deputado Vitor Hugo responde a Carol Nogueira se os brasileiros estariam vivendo ataques e uma situação que fere a democracia. Logo nos segundos iniciais de sua fala, o deputado é enfático e diz que não está sendo vivenciada uma crise, usando, também, uma estratégia argumentativa de competência e de comparação, no

instante 17'39", pois afirma que "[...] absolutamente, não estamos vivendo [ataques]. Se essa lógica do deputado Molon fosse levada ao pé da letra, então, esses 130 pedidos de impeachment que foram apresentados seriam, também, antidemocráticos" (informação verbal).

A certeza constatada pelo "absolutamente" tenta passar autoridade para o telespectador e a apresentação dos 130 pedidos de impeachment demonstra uma comparação com o também pedido de Jair Bolsonaro ao ministro do Supremo, de maneira a tentar igualar as situações e colaborar para que o público entenda que são situações semelhantes.

Como os debatedores esgotaram os seus minutos de debate, é iniciada a segunda fase, em que são levantadas entrevistas com personalidades relevantes que carregam opiniões distintas sobre o tema do Grande Debate. A primeira delas é o jurista e ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, que defende que o presidente pedir ao Senado o afastamento de um ministro do Supremo é só uma represália, levando em consideração que o alvo do pedido de impeachment é responsável pela abertura de inquérito sobre possíveis atos ilícitos de Jair Bolsonaro.

Em vista da opinião do jurista que o pedido de impeachment seria um ato de represália, a mediadora pergunta ao deputado Vitor Hugo se ele concorda com o que foi dito por Miguel Reale. O deputado, então, expõe que não vê como uma represália e afirma que não é uma ameaça dizer que o presidente fará um pedido de impeachment, mas sim um aviso, dentro do que, de acordo com o deputado, está dentro da Constituição, e confirma que a atitude é política, e não jurídica.

O deputado Alessandro Molon é questionado, também, se acha que o pedido de impeachment do ministro do Supremo seria uma represália. E, assim como o líder do PSL, utiliza uma estratégia argumentativa de competência, no minuto 22'12" de sua resposta, ao manifestar que "evidentemente, é uma represália. O Miguel Reale Júnior tem toda razão. Eu concordo, inteiramente, com esse renomado jurista brasileiro, que aponta que se trata de um ato de vingança, porque os juízes estão fazendo o que lhes cabe" (informação verbal). Assim sendo, quando o deputado usa o termo "evidentemente" e cita um "renomado jurista brasileiro", há uma tentativa de convencer o público de que a sua opinião é clara e tem apoio de uma pessoa que trará legitimidade ao posicionamento.

Na réplica, o deputado Vitor Hugo diz que as decisões do STF causam insegurança e fazem com que a maioria da população se sinta ameaçada por exercer o seu direito à liberdade de expressão, que estaria sendo corrompido. Diante disso, o deputado recorre a um argumento de

exemplo, no minuto 23'59", discorrendo que "[...] há uma mácula muito grande, quando há a prisão do deputado Daniel Silveira, em que foram abandonados a imunidade material e formal de um deputado federal, que abala a representatividade democrática" (informação verbal).

Partindo de uma outra perspectiva da crise entre os poderes, Carol Nogueira levanta o assunto da paralisação de reformas necessárias para o país, como a reforma tributária. Posteriormente, são exibidas manifestações do ministro Gilmar Mendes e do presidente da Câmara Arthur Lira. Mais adiante, a mediadora pergunta ao deputado Alessandro Molon se a crise entre os poderes enfraquece a agenda política do Brasil, bem como se falta pressão política para que a agenda avance.

O deputado Alessandro Molon afirma que, na verdade, falta responsabilidade do presidente da República, que estaria sendo inconsequente buscando intrigar com o judiciário, enquanto os brasileiros enfrentam vários problemas. Para elucidar esse cenário, Molon usa uma estratégia de competência, no instante 25'41", em que descreve que "as pessoas estão passando fome, voltaram a comprar ossos para fazer sopa. As pessoas não têm dinheiro para comprar gás de cozinha e estão cozinhando com lenha. Têm 15 milhões de desempregados no Brasil" (informação verbal). Nessa menção aos problemas da população, o deputado tenta transmitir uma ideia de que conhece o problema do público e do país, ou seja, possui autoridade para argumentar.

Para o deputado Vitor Hugo, o questionamento levantado pela mediadora, então, é o que estaria comprometendo a agenda política no Brasil. Dessa maneira, o líder do PSL não responde que as pautas não avançam por uma conjuntura momentânea e pela complexidade da reforma tributária, por exemplo, e aponta várias aprovações de pautas do governo no Congresso Nacional. Ainda, são citadas quantas vacinas contra Covid-19 já foram aplicadas e quantas foram distribuídas e que o governo estaria fazendo de tudo para salvar os empregos e a liberdade de expressão dos brasileiros. Nesse ínterim, Vitor Hugo usa uma estratégia argumentativa de comparação entre o auxílio do governo Bolsonaro com o dos governos petistas, no instante 27'41" de sua fala, com a seguinte afirmação: "[...] auxílio emergencial de R\$ 600,00, treze vezes maior que o Bolsa Família, que foi criado na época dos governos esquerdistas" (informação verbal).

Destarte, na tréplica, o deputado Alexandre Molon diz que o que foi argumentado por Vitor Hugo não é verdade, pois o Congresso ficou paralisado, durante uma semana, para um

desfile de tanques do exército na Esplanada dos Ministérios, como forma do presidente pressionar a aprovação do voto impresso. Com o uso de um argumento de competência, porém, sem a fonte do dado, em 28'51", Molon cita que "a maioria da população é contra o voto impresso, mas o presidente queria insistir nessa pauta, porque queria criar confusão nas eleições" (informação verbal).

Iniciando a terceira etapa, em que são realizadas perguntas entre os debatedores, o líder da oposição na Câmara questiona o deputado Vitor Hugo se ameaçar faz parte da liberdade de expressão. Logo o debatedor do PSL reforça que o presidente não fez qualquer ameaça e que tentar chegar a um pedido de impeachment não é uma ameaça à democracia. Na sequência, Alessandro Molon questiona o que significou o recado do presidente ao ministro Barroso nos atos do dia 7 de setembro e faz uma perguntas retóricas sobre proteção à liberdade de expressão em casos de supostas agressividades do presidente a quem se opõe a ele.

Em resposta ao deputado Alexandre Molon, o líder do PSL reitera que Bolsonaro respeita as decisões judiciais, mesmo discordando, mas fazer críticas às decisões faz parte da democracia. Já no final da sua fala, utiliza as estratégias argumentativas de associação e comparação, a partir do minuto 34'12", em que atribui características negativas ao candidato à presidência do PT e compara a popularidade do mesmo com a de Bolsonaro. "A gente vê o ex-presidente Lula, ex-criminoso e ex-condenado, que está agora solto, indo a algumas atividades que aparecem 3 ou 4 pessoas. E a gente vê o presidente Bolsonaro com milhares de pessoas nos aeroportos" (informação verbal), aponta o trecho em que Vitor Hugo pretende elevar a importância e a integridade do presidente da República, em comparação com o ex-presidente Lula.

Com isso, na vez de Vitor Hugo, o deputado pergunta para Alessandro Molon se ele não se envergonha de estar em um campo político que, de acordo com Vitor Hugo, quando esteve no poder, quebrou empresas do Estado, contribuiu financeiramente ditaduras socialistas e preferiu fazer estádios, ao invés de hospitais. Molon responde, em seguida, que possui orgulho das decisões e atos que tomou no Congresso Nacional, mas, ao invés de responder à pergunta, o líder da oposição faz um questionamento ao deputado Vitor Hugo.

Assim, Alessandro Molon pergunta, no seu tempo de resposta, se o líder do PSL não tem vergonha de servir a um governo que atenta contra a democracia, desenvolveu uma série de problemas, prejudicou a imagem internacional do país e possui ministros envolvidos em polêmicas e investigações. Por isso, o deputado Vitor Hugo afirma que Molon, simplesmente, fez

perguntas, e não respondeu às suas, nega prejuízos à imagem do Brasil no exterior e menciona a entrega de títulos pelos presidente Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, o líder do PSL, para fortalecer a sua opinião, utiliza a estratégia argumentativa de associação, na medida em que atribui uma conquista brasileira ao presidente da República. Isso pode ser notado no minuto 37'55" do debate, quando menciona que "o Brasil não é um pária internacional. O Brasil foi eleito agora, o Brasil do presidente Bolsonaro, para ocupar aquele assento rotativo no Conselho de Segurança da ONU com quase a unanimidade dos países" (informação verbal).

Por último, Alessandro Molon questiona o país em que Vitor Hugo vive, tendo em vista as problemáticas que a população enfrenta, diminui a conquista nacional na ONU citada pelo deputado do PSL, pois a eleição para cadeira rotativa seria algo que já fazia parte da tradição do Brasil e atribui a culpa do Brasil não ser mais levado a sério no exterior ao presidente. Então, no final do seu discurso, no minuto 39'37", usa as estratégias argumentativas de associação e competência, ao expor que "vai demorar muito tempo para reconstruir o que foi destruído, mas nós vamos reconstruir" (informação verbal).

Assim sendo, nas considerações finais, a mediadora pergunta aos políticos a quem cabe resolver a crise entre os poderes e qual seria a solução. Logo, o deputado Vitor Hugo conclui que torce para que a normalidade institucional se consolide, desde que com equilíbrio entre os poderes. Por fim, o debatedor usa uma estratégia de competência, no minuto 41'19", em que cita que fica muito feliz de fazer parte da base do governo e "ter sido líder do governo Bolsonaro durante 1 ano e 7 meses e tenho absoluta certeza que o presidente, diante de toda a manifestação de apoio que tem recebido da população brasileira, continuará com a sua missão" (informação verbal). Esse trecho revela, então, a tentativa de Vitor Hugo de se mostrar autoridade para opinar sobre o poder executivo e de afirmar que, mesmo sem dimensionar o apoio ao presidente, possui propriedade para afirmar que Bolsonaro "continuará com a sua missão" (informação verbal).

O deputado Alessandro Molon, por sua vez, em sua considerações finais, diz que cabe ao presidente da República respeitar os outros poderes e parar de mobilizar os seus apoiadores a atacarem o Congresso Nacional e o poder judiciário. E, também usando as estratégias argumentativas de associação e competência, no minuto 42'28", ao afirmar aos telespectadores o seguinte trecho: "eu entendo, muitos foram enganados, mas esse momento dramático que o Brasil está vivendo vai passar. Daqui a pouco, o Brasil vai virar essa página triste da sua história

e a gente vai poder construir um outro futuro, um amanhã de paz, tranquilidade e prosperidade” (informação verbal). Essa fala aponta que Molon visa tentar se aproximar do público, ao dizer que o compreende e que vai construir, de forma conjunta, um futuro diferente. Ao mesmo tempo, o deputado revela querer mostrar ser um orador que tem autoridade para afirmar que o Brasil estaria vivendo uma página triste da sua história.

Constata-se, portanto, que a estratégia argumentativa mais usada ao longo do debate foi a de competência, que busca atribuir uma posição de autoridade ao orador. Nesse sentido, o político que mais utilizou esse argumento quando expôs as suas opiniões foi o deputado Alexandre Molon, o que pode ser explicado devido às repetidas vezes em que citou problemas sociais e econômicos do país. Esse tipo de argumentação se mostra ainda mais intencional quando se conhece a ocupação de líder da oposição ao governo na Câmara dos Deputados, ou seja, ainda que esta análise busque apontar a construção discursiva e as estratégias argumentativas dos políticos, a conclusão desse trabalho acaba indo ao encontro do posicionamento do orador fora do debate.

No caso do deputado Vitor Hugo, que também usou bastante a competência, a estratégia argumentativa de comparação não ficou de lado, pelo contrário. Por ser um apoiador do presidente Jair Bolsonaro, entende-se que o argumento de competência pretende reforçar a posição de líder e de uma personalidade que domina a temática do debate e a pergunta feita pela mediadora, no sentido de garantir uma reputação positiva ao final da argumentação. E a estratégia de comparação foi aplicada, muitas vezes, nos momentos em que o deputado citou o contexto brasileiro durante dos governos de esquerda e o cenário nacional na gestão Bolsonaro, mas, evidentemente, ressaltando aspectos negativos da oposição, para tentar destacar possíveis avanços do governo bolsonarista e diminuir ou criticar os feitos dos governantes da esquerda.

Na análise do comportamento dos debatedores, Alessandro Molon mostrou-se mais expressivo e, conseqüentemente, mais persuasivo. Por outro lado, Vitor Hugo se colocou no debate de forma mais contida enquanto gesticulava ao longo de suas falas, mas, várias vezes, demonstrava certo despreparo para argumentar, tendo em vista que ultrapassava o tempo disponível para resposta.

6.4 Deputados federais Luiz Lima (PSL - RJ) e Marcelo Ramos (PSD - AM)

As perguntas deste debate foram desenvolvidas a partir do tema central dos rumos do país depois das manifestações do dia 7 de setembro, que ocorreram em um cenário de crise institucional. Responderão aos questionamentos os deputados federais Luiz Lima (PSL - RJ) e Marcelo Ramos (PSD - AM), convidados que vão expor as suas opiniões acerca do assunto apresentado.

Figura 5 - Brasil após manifestações



Fonte: O Grande Debate. Disponível: *Youtube*

Dentre os fatos que são exibidos antes da primeira pergunta aos debatedores, estão a fala de Jair Bolsonaro afirmando que não iria cumprir decisões do ministro Alexandre de Moraes durante o dia 7 setembro e a paralisação dos caminhoneiros em rodovias de dezesseis estados do país depois das manifestações. Ainda, como saldo dos atos, são mencionadas a queda da bolsa de valores, a divulgação de uma nota, redigida pelo ex-presidente Michel Temer, de tom moderado por Jair Bolsonaro, o aumento da inflação, do desemprego e da fome no país.

Iniciando o debate, Evandro Cini, jornalista que assumiu a mediação neste dia, pergunta ao deputado Marcelo Ramos se ele acredita que o presidente Bolsonaro vai mudar a postura em relação aos ministros do Supremo e se o tom moderado presente na carta ao povo vai durar muito tempo. Ramos responde, desse modo, que os rumos dependem de qual país a população quer enxergar e, para isso, ele menciona alguns tipos possíveis, como o Brasil que pede o fechamento do Congresso e o que deseja enfrentar um país de milhões de desempregados. Segundo Ramos, a prioridade dos políticos deve ser responder aos problemas reais, como o desemprego e a fome

A próxima do debate, direcionada para o deputado Luiz Lima, é se há a criação de problemas que são irrealistas para esconder aqueles que, de fato, estão acontecendo, a exemplo da inflação e da fome. Então, Lima não responde a pergunta, mas enfatiza o tamanho dos atos do dia 7 de setembro, contraria Marcelo Ramos e afirma que os brasileiros possuem outros desejos, deixando de lado, dessa maneira, a fome, o desemprego e a inflação destacados por Ramos. Ainda atribui características a Jair Bolsonaro, ressalta, novamente, o 7 de setembro e afirmou que o povo não quer o impeachment do presidente.

Pode-se destacar na fala de Luiz Lima duas estratégias argumentativas, a de associação e a de competência. A primeira, iniciada no minuto 8'55", se apresenta no trecho em que o deputado cita que "o presidente Jair Bolsonaro é um cidadão, um cidadão comum que ocupa o posto de presidente da República. É isso que faz ele ter aproximação com as pessoas" (informação verbal), no intuito de atribuir ao presidente uma imagem mais gentil e popular. Logo após essa exposição, o deputado diz o seguinte: "eu estive em Copacabana, na praia mais democrática desse país, onde tem todas as religiões, todas as raças, todas as classes sociais reunidas, e o que se viu foi o maior movimento democrático já realizado realizado nesse país" (informação verbal). Em vista disso, nota-se a tentativa de Lima de mostrar ser competente para afirmar a dimensão do movimento, na medida em que diz que estava na praia, ou seja, ele pretende passar para o público a impressão de que é autoridade para mencionar tal afirmação.

O deputado Marcelo Ramos, na sequência, foi questionado pelo mediador se as manifestações do dia 7 de setembro foram democráticas e se os brasileiros não buscam o impeachment do presidente Bolsonaro. Em vista disso, o deputado contesta o julgamento a respeito do interesse dos brasileiros, tendo em vista a quantidade de habitantes do país e retoma o argumento de que o governo não fala sobre ou soluciona determinados problemas do país.

Um dos problemas apontados por Ramos é o preço dos alimentos e, com o objetivo de comprovar o seu argumento, no minuto 10'22", revela que "[...] o quilo da carne a 60 reais lá em São Paulo de Olivença, no interior do Amazonas. O gás de cozinha, R\$ 130,00, lá em Humaitá. A gasolina, R\$ 7,50, lá em Envira" (informação verbal). Assim, Ramos conclui, no minuto 11'11", com uma estratégia de competência, a fim de indicar que conhece o cenário brasileiro e o cotidiano da população, ao expor que "quem está passando fome não tem tempo de ir para a rua e nem para passar o dia mandando mensagem para deputado ou ministro do Supremo" (informação verbal).

Ao deputado Luiz Lima, o mediador pergunta se é possível haver harmonia entre os poderes e se essa harmonia voltaria. Respondendo Evandro Cini, o deputado afirma que é possível voltar a harmonia e, ainda, cita problemas econômicos, que teriam sido provocados pela autonomia dada aos estados e municípios pelo Supremo Tribunal Federal durante a pandemia. Além disso, Lima menciona o número de brasileiros que nascem, os que perderam a vida para o Covid-19 e a quantidade de vacina produzida e a necessária para imunizar a população mundial.

Exposto isto, o deputado se apoia, então, em uma estratégia de comparação, no minuto 12'14", relatando que "nós temos 1 milhão e 600 mil brasileiros que vêm a óbito. No Brasil, por ano, nascem 3 milhões de bebês. 300 mil pessoas faleceram por Covid. Não havia vacina. São 8 bilhões de habitantes que tem no planeta" (informação verbal). Esses dados são citados, então, com a finalidade de diminuir a gravidade do número de pessoas que perderam a vida para o Covid-19.

Por conta da permissão do Supremo Tribunal para que estados e municípios decidam sobre o fechamento ou não do comércio durante a pandemia, como citou Luiz Lima, a pergunta feita ao deputado Marcelo Ramos é se há uma tentativa de interferência muito forte do STF no poder Executivo. O integrante do PSD do Amazonas responde que não houve, em nenhum momento, interferência nas responsabilidades do Executivo e que a coordenação do combate à pandemia permanece do do Governo Federal, critica a tentativa do debatedor do PSL minimizar as perdas da pandemia e cita problemas sociais de novo.

Corrigindo o que citou Luiz Lima em sua resposta anterior, Ramos usa um argumento de competência, no minuto 13'37", transmitindo sobre si para os telespectadores a impressão de que representa uma autoridade no assunto.

Eu quero corrigir uma informação do deputado Luiz Lima. Não são 300 mil mortos, já passamos de 580 mil mortos. E eu quero considerar um descuido de retórica de vossa excelência tentar minimizar 570 mil famílias enlutadas, parece que é pouco. Vossa excelência faz uma comparação pela população como se fosse pouco. Não, é muita gente (RAMOS, 2021).

Por regra, nesta primeira etapa, são permitidas apenas 2 interrupções e, como Ramos já tinha esgotado e havia sobrado mais 40 segundos, Evandro Cini deu a palavra para o deputado completar a sua argumentação. Logo, o debatedor diz que só precisa falar com o Brasil mais sofrido e que vender a ilusão que existiria um remédio para a pandemia e para a economia, quando o único remédio era a vacina, que, segundo o deputado, foi negada por tanto tempo no país.

Então, Luiz Lima revela em sua resposta problemas no estado do Amazonas e afirma que os deputados federais nunca se preocuparam com as mortes por Covid-19, por conta de recursos encaminhados para outras finalidades, e não para a saúde. E como o próprio deputado aponta em sua argumentação, ele usa uma estratégia argumentativa de exemplo, o qual faz parte da família dos argumentos analógicos e de vínculo. Isso pode ser visto no minuto 16'01", em que Lima diz:

[...] exemplos valem muito mais que ações e exemplos negativos servem pra gente aprender em como não fazer administração pública. E eu vou citar o estado do Amazonas, que teve um estádio superfaturado na Copa do Mundo de 2014. O estado do Amazonas que sempre teve problema em relação à sua atuação em relação à política pública voltada para a saúde (LIMA, 2021).

Na transição para a segunda etapa do debate, o quadro exhibe uma reportagem que relata as manifestações de oposição ao governo Bolsonaro que ocorreram em algumas capitais brasileiras e que, mesmo com a presença de lideranças políticas, teve baixa adesão de manifestantes. Esse dia 12 de setembro de 2021 é apresentado por Evandro Cini como um ato “nem Lula nem Bolsonaro” (informação verbal), por isso, o mediador pergunta a Luiz Lima se essas manifestações afastaram o PT ou outros partidos de oposição e, ainda, se a frente democrática teria força para disputar as próximas eleições.

O deputado do PSL, desse modo, agradece a exibição das imagens da reportagem e enfatiza a diferença de público entre as manifestações da oposição em 12 de setembro a aquelas a favor de Jair Bolsonaro no dia 7 do mesmo mês em Copacabana. Nesse instante, usa estratégias argumentativas de competência e associação, querendo mostrar ser testemunha e parte do

coletivo que estava na manifestação, algo que pode ser explicitado por meio do minuto 19'29", em que expõe que "Copacabana, por exemplo, a gente teve do Forte de Copacabana até o Copacabana Palace no dia 7 de setembro, muito parecido com o réveillon. As ruas transversais lotadas, eu estava lá presente" (informação verbal). Também, Luiz Lima critica os meios de comunicação e diz que é um desrespeito quando classificam os atos a favor do presidente como antidemocráticos.

Ao deputado Marcelo Ramos, o mediadores pergunta se o país estaria vivendo um momento de extremos políticos. Defendendo a sua atuação enquanto deputado do Amazonas e afirmando que o estado é um dos únicos do país que não pede empréstimos, Ramos rebate o argumento de Luiz Lima e direciona as acusações a outro estado brasileiro. E questionando o assunto eleição, o deputado do PSD aponta, assim como fez em respostas anteriores, os problemas atuais do Brasil.

Nesse ínterim, fazendo o uso de uma dissociação, Ramos retira qualquer relação do seu trabalho como deputado estadual com investimentos em estádios, se dirige ao deputado Luiz Lima, no minuto 20'58", para fazer uma recordação dos anos 2010 a 2014, quando ocorreu a Copa do Mundo, e enfatiza que "[...] era deputado estadual e fui o mais duro opositor das decisões tomadas pelo governo de endividar o estado do Amazonas com obras que não faziam a roda da economia girar, então, essa carapuça não serve em mim" (informação verbal). Desse modo, o deputado do PSD desmonta a associação que Luiz Lima poderia ter feito na sua fala.

Evandro Cini, na sequência, pergunta ao deputado Luiz Lima se o Governo Federal está fechando os olhos para os problemas que Ramos menciona e que foram estampados nas manifestações da oposição. Após negar de forma enfática, Lima diz que o presidente Bolsonaro tenta agir mais rápido, porém, o Congresso Nacional e o STF não acompanham. Por isso, o deputado do PSL faz um apelo para que a Câmara dos Deputados trabalhe de segunda a sexta-feira.

Durante a resposta de Lima, ressaltam-se duas estratégias argumentativas. Em primeiro lugar, a de competência, no minuto 23'31", quando ele declara "claro que não, Evandro. O governo federal está de olhos bem abertos. Como eu disse aqui, a postura do presidente Bolsonaro é de um cidadão, e o cidadão quer velocidade na política pública, ele quer velocidade na mudança" (informação verbal). A intenção do deputado é garantir que o público interprete

que ele tem certeza no que diz pois é uma autoridade, logo, é enfático respondendo “claro que não” (informação verbal).

Com o objetivo de elucidar a realidade da carga de trabalho na Câmara, Luiz Lima faz uma comparação com um cidadão que não trabalha no parlamento e segue com um argumento de competência. No minuto 24’51”, o deputado diz: “eu quero trabalhar de segunda a sexta. Infelizmente, a Câmara não funciona de segunda a sexta, como os dias que todo brasileiro normal tem que trabalhar” (informação verbal). O que o telespectador pode interpretar dessa exposição é que o deputado estaria deixando de ter uma vida normal de trabalho por causa da Câmara e que conhece o cotidiano dos trabalhadores.

A partir da exposição sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados, em que Marcelo Ramos era, até então, vice-líder, o mesmo responde relatando os períodos em que trabalhou, a agilidade da Câmara, a falta de clareza do governo federal em relação à reforma tributária e o quanto o esforço do parlamento foi decisivo para a aprovação da reforma administrativa.

Contestando a denúncia do deputado do PSL a respeito do ritmo de trabalho na Câmara, Ramos usa uma estratégia argumentativa de associação, no minuto 25’30” do debate, abordando que “é uma crítica absolutamente injusta, deputado Luiz Lima, inclusive, é um presidente da Câmara que é apoiador do presidente Jair Bolsonaro, que é o deputado Arthur Lira, que tem dedicado todos os seus esforços para aprovação das pautas do Governo Federal” (informação verbal). Ao deputado do PSD revelar que o presidente do parlamento é apoiador do presidente da República, a crítica de que a Câmara não trabalha como deveria, recai, então, sob o campo político de Luiz Lima.

O deputado Luiz Lima responde, em seguida, diz que cobrar resultado é uma necessidade dos brasileiros, e isso não seria uma crítica. E na tentativa de destacar que a necessidade da mudança na Câmara é antiga e que a vivência de Lima comprova isso, o deputado usa um argumento de competência, no minuto 27’19”, ao declarar o seguinte: “eu já estou com 43 anos, desde 1977, eu só vejo o meu Rio de Janeiro, como foi citado pelo vice presidente da Câmara Marcelo Ramos, com o pires na mão, fruto de uma política assistencialista de vulnerabilidade” (informação verbal).

Em seus últimos segundos de argumentação, o deputado do PSL usa a estratégia argumentativa de exemplo, para reafirmar que é necessário retribuir com trabalho na Câmara os brasileiros que pagam o salário dos parlamentares. Isso pode ser encontrado no minuto 28’22”,

em que expõe: “o senhor Carlos, dono da padaria Sulimar, em Copacabana, trabalha de segunda a domingo, e para ele receber o que a gente recebe, ele tem que trabalhar muito. Ele dá 30 empregos, então, nós temos que retribuir, sim” (informação verbal). O que o público pode interpretar, então, com o uso desse exemplo é que o deputado conhece e é próximo do povo e deseja mais igualdade e menos privilégio enquanto político.

Na vez de Marcelo Ramos, Evandro Cini pergunta se os problemas que persistem em diferentes governos não existem, também, por conta de uma baixa demanda da Câmara dos Deputados em votar as reformas. Nesse contexto, Ramos expõe o seu desempenho enquanto parlamentar, reafirma o compromisso da Câmara com a aprovação de reformas e explica que a culpa seria do poder Executivo, que, de acordo com o deputado, demora para encaminhar o que é necessário e não dá atenção para os problemas sociais e econômicos do país.

Quando menciona o seu desempenho, Ramos usa um argumento de competência, no minuto 28’58”, fazendo a seguinte declaração: “tenho orgulho do quanto eu trabalho. Eu trabalho muito, produzo muito para o Brasil, produzo muito para o Amazonas. Ajudo o Governo Federal no que acho que é importante para o país” (informação verbal). Desse modo, o deputado pode ser visto como um cidadão tem autoridade para opinar sobre o trabalho na Câmara, na medida em que destaca a sua intensidade no cumprimento da sua função.

Então, na terceira e última etapa do debate, o deputado Marcelo Ramos pergunta a Luiz Lima quais são as medidas do governo para enfrentar o desemprego, a fome, a inflação alta e os juros. Antes de responder quais são as medidas, o deputado do PSL pontua que o Governo Federal sempre quis que a economia não fosse prejudicada e, em função das iniciativas dos prefeitos e governadores para diminuir a propagação do coronavírus, a economia e a produção do país passaram a desacelerar.

Nesse sentido, em sua resposta, Lima menciona o auxílio emergencial oferecido pelo governo Federal e, por meio de um argumento de associação e comparação, no minuto 32’26”. Isso com o objetivo colocar a responsabilidade da situação em que os brasileiros estavam nos prefeitos e governadores e, ainda, questionar as medidas tomadas em relação ao fechamento do comércio, a partir da menção de outros países tamanho semelhante com o do Brasil.

[...] atingimos milhões de brasileiros que estavam em estado de vulnerabilidade, fruto da irresponsabilidade [...] de prefeitos e governadores que anteciparam momentos na qual eles equipararam todo

um país do tamanho continental. Seria como se uma Europa parasse. Imagine Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra parando ao mesmo tempo (LIMA, 2021).

Na réplica de Marcelo Ramos, o deputado é solicitado pelo mediador para expor a sua opinião sobre a opinião de Luiz Lima de que os problemas ou parte dos problemas do país existem por conta de decisões de prefeitos e governadores. De forma enfática, Ramos diz não e revela que os imbróglis na compra e distribuição das vacinas contribuíram no aumento do período em que a atividade econômica permaneceu estagnada.

É nesse contexto que Ramos usa uma estratégia argumentativa de competência, no minuto 34'13", ao negar de forma enfática: “obviamente que não, a história deixou claro que não havia um remédio pra economia, que seria abrir, e outro para a pandemia, que seria fechar, isso foi uma falsa contradição criada no país para justificar a incompetência de responder de forma ágil a pandemia” (informação verbal). A todo momento, o deputado tenta passar a impressão de que é autoridade no assunto, tendo em vista a maneira como nega a pergunta do mediador e afirma ser uma falsa contradição o que se imaginava ser ideal para a condução da pandemia no Brasil.

Luiz Lima, na sua tréplica, cita o número da população mundial, quantas pessoas estarão vacinadas até o final do ano, afirma que o ritmo de aplicação de doses no Brasil está rápido e, como em outros momentos do debate, salienta que as medidas tomadas por prefeitos e governadores foram irresponsáveis.

O deputado do PSL continua com a vez do debate, porém, com o direito de fazer uma pergunta para o outro debatedor. Por isso, Lima questiona Ramos se ele fica incomodado quando a oposição perde alguma votação na Câmara dos Deputados e recorre ao Supremo Tribunal Federal, que, de acordo com o orador, tem feito intervenções no legislativo.

Ramos responde que é um crítico da utilização do STF como espaço de recurso das decisões políticas que são tomadas pela Câmara e pelo Senado, mas, ao mesmo tempo, não considera um bom caminho o Governo Federal relativizar uma decisão do STF. No decorrer da sua resposta, o deputado também cita dados do investimento do seu estado na educação.

Uma parte interessante do debate é a que Marcelo Ramos usa uma estratégia argumentativa de associação que induz semelhança com o modo de pensar de Luiz Lima. Embora possuam opiniões divergentes sobre o assunto principal do debate, no minuto 38'37",

Ramos diz “sou um crítico dessa atitude de perder uma votação no parlamento e ir pro Supremo Tribunal Federal. Eu sempre critiquei isso, e nisso, nós pensamos de forma convergente” (informação verbal).

Evandro Cini pergunta, em seguida, se Luiz Lima acha que o Governo Federal relativiza as decisões do STF, principalmente, ao tentar parcelar os precatórios. O deputado do PSL responde que acredita que não, e questiona a forma como os cargos de ministro do Supremo são ocupados e revela como deveria ser a maneira para a escolha dos mesmos para ocuparem os cargos, bem como o tempo de permanência. Para evidenciar a necessidade dessa mudança na ocupação dos cargos do STF, Luiz Lima, por meio de uma estratégia argumentativa de competência, diz, no minuto 39’24”, que “muitos brasileiros nas manifestações clamam e pra que os cargos de ministro sejam ocupados por pessoas que tenham a verdadeira capacidade de lidar e n tenha compromisso com apenas uma indicação” (informação verbal).

Antes dos agradecimentos dos debatedores, o deputado Marcelo Ramos fala a sua tréplica, destacando, a partir do minuto 40’11”, que quem decide sobre quem dá a última palavra sobre a Constituição é o STF, e não o presidente ou o parlamento. Sendo assim, Ramos afirma, ainda, que a decisão do próprio STF não cabe recurso a ninguém, por determinação constitucional.

No encerramento, os debatedores agradecem um ao outro, o mediador e a CNN Brasil. Em relação a Luiz Lima, o político finalizou a sua participação dizendo que o debate foi válido e que tanto a convergência quanto a divergência contribuem na construção de uma sociedade melhor e ressaltou que Bolsonaro continua lutando por um Brasil mais transparente. Já o deputado Marcelo Ramos, se despediu relatando ser um parlamentar moderado, independente e comprometido com as pautas mais importantes para o Brasil e, assim como na maioria das suas respostas ao longo do debate, elencou os problemas sociais e econômicos que a população nacional está enfrentando.

As observações que valem ser salientadas após a análise deste debate são a diversidade de estratégias argumentativas utilizadas pelo deputado Luiz Lima, que apresentou, muitas vezes, mais de uma delas em uma única resposta. Em contrapartida, o deputado Marcelo Ramos repetiu os mesmos argumentos para responder questionamentos distintos, levando a uma análise mais sucinta sobre as estratégias argumentativas, visando evitar a repetição dos mesmos fatos e atribuições de sentido a determinadas respostas pelo orador.

No balanço do uso das estratégias argumentativas de cada debatedor, nota-se que, tanto Marcelo Ramos quanto Luiz Lima, fizeram o uso mais recorrente da competência em suas respostas. Enquanto na argumentação de Ramos as estratégias são referentes ao seu trabalho na Câmara e às afirmações sobre os problemas sociais e econômicos do Brasil, no caso de Lima, a competência mais identificada nos momentos em que cita a manifestação do dia 7 de setembro, o conhecimento da população brasileira e os dados da vacinação no país.

Por mais que Marcelo Ramos represente o debatedor crítico ao governo Bolsonaro no quadro televisivo, o deputado argumentou de forma menos emotiva, sem dar muito destaque ou pausas em determinados momentos das suas respostas. Ainda, Ramos manteve a sua postura corporal rígida durante todo o debate, permaneceu com a expressão facial séria de forma constante e articulou as sobrancelhas e mãos apenas em momentos pontuais da oratória.

Oposto ao Marcelo Ramos, o deputado Luiz Lima usou bastante de expressões irônicas, como risos, enquanto o outro debatedor respondia às perguntas, movimentou bastante as suas mãos e sua cabeça. Ao longo da sua argumentação, o deputado enfatizou e carregou mais dramaticidade em diversos trechos de suas respostas, promovendo, assim, mais movimento e tomando uma atenção maior dos telespectadores, ao contrário de falas lineares e monótonas.

Um elemento que mostrou-se influenciar a leitura de um político em um produto audiovisual foi a vestimenta que cada um dos debatedores utilizou. O deputado Marcelo Ramos vestia um terno fechado, com uma gravata e com a camisa toda abotoada, enquanto o deputado Luiz Lima usava um terno aberto, sem gravata e com alguns dos botões da camisa abertos. Diante disso, tendo em vista que o terno representa uma vestimenta formal utilizada em ocasiões de eventos importantes, Ramos passou a impressão de ser uma figura mais profissional, séria e comprometida com o debate, ao contrário de Lima, que pareceu mais despreocupado e acomodado em sua posição no quadro da CNN.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises audiovisuais apresentadas tiveram, por conseguinte, a finalidade de destacar e explicar quais estratégias argumentativas são utilizadas por debatedores e apresentar como se constrói a argumentação dos políticos no decorrer dos 4 quadros de O Grande Debate, da CNN Brasil. Esses quadros que, por mais que sejam produzidos por um canal fechado, também estão disponíveis, de forma gratuita, no canal da emissora no *Youtube*, o que contribui na democratização da informação e no acompanhamento dos debates por um público ainda mais diverso.

Este trabalho, além de ter apresentado e descrito como as distintas famílias de argumentos foram aplicadas na oratória, também possibilitou ao leitor a identificação da opinião dos debatedores acerca dos assuntos de destaque na programação da emissora no momento em que o debate ocorreu. No caso do recorte feito por neste estudo, os assuntos explicados que o leitor consegue ter conhecimento e, ainda, ouvir posicionamentos contrários são estes: as consequências políticas das manifestações do dia 7 de setembro, a politização da PM, a crise entre os poderes e a perspectiva política nacional depois dos atos contra Jair Bolsonaro.

As análises dos quadros seguiram a dinâmica do debate, com a finalidade de possibilitar que o leitor acompanhe o desenvolvimento das perguntas e o gancho de cada uma delas. Por isso, após ter apresentado os debatedores, foram dispostas as informações sobre o tema, as etapas do debate em ordem, junto com a minutagem das estratégias argumentativas e o sentido que elas atribuem ao orador e, no final, um balanço das argumentações e uma leitura audiovisual do comportamento dos políticos.

Os resultados encontrados com as análises dos debates corroboram a constatação do uso de determinadas estratégias argumentativas no quadro O Grande Debate, que são as de competência, associação, dissociação, apresentação, comparação e exemplo. Além disso, este trabalho também evidenciou a relevância do audiovisual na comunicação de políticos do Brasil e do exterior, o que tem se renovado ao longo dos anos, principalmente, depois da apresentação da antiga relação entre a política e a televisão nesta monografia, e, também, percebe-se que a opinião pública tem orientado, cada vez mais, o desenvolvimento do telejornalismo e a sua interação com as mídias sociais.

Com isso, a pesquisa realizada para este estudo demonstra o quanto é importante que as pessoas possam compreender as estratégias argumentativas utilizadas por políticos durante debates televisivos, principalmente, em um ano eleitoral (2022), momento no qual esta investigação se desenvolveu.

Por meio das análises que foram dispostas, os leitores podem compreender a argumentação com mais técnica e atenção aos debatedores, independente do espectro político que pertencem ou a opinião que defendem, e, conseqüentemente, desconstruir as falas, visando entender o seu sentido e a funcionalidade que as estratégias argumentativas atribuem ao orador. Diante dessa atenção do público aos oradores que compõem um debate, um cenário de polarização poderá se converter em um contexto mais político, ou seja, de diálogo e compartilhamento de opiniões, resgatando aqui a concepção de Arendt.

8 REFERÊNCIAS

AFONSO, Nathália; PASSARINI, Ígor. **Em live, Crivella erra ao falar sobre metodologia de pesquisas e apoio do PSL**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/11/06/live-crivella-eleicoes-2020/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ARAÚJO, VVB. **Telejornalismo na TV pública brasileira**: uma análise do Repórter Brasil. In: GOMES, IMM., org. *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 197 - 221.

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

ARNHEIM, Rudolf. **Cinema como arte**: as técnicas da linguagem audiovisual. Rio de Janeiro: Editora Muiraquitã, 2012.

ATOS do 7 de setembro foram democráticos? | O Grande Debate - 07/09/21. [S.l. : s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CBynFaCre4A>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BAIXA adesão em atos contra Bolsonaro enfraquece impeachment? | O Grande Debate - 14/09/21. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=34GUJMIoSNY>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BARBOSA, Thais; MARTINS, Valsuí; PRUDÊNCIO, Kelly. **Mancha no Telejornalismo**: cobertura dos áudios da Operação Lava Jato no Jornal Nacional. Caxias do Sul: Intercom, 2017.

BARREIRA, Gabriel; REIS, Thiago. **No Rio, Paes vence em todas as 49 zonas eleitorais**. [S.l.], 2020. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/29/no-rio-eduardo-paes-vence-em-todas-as-49-zonas-eleitorais.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BISSON, Frédéric. **Zelenski, o herói iconopolítico**. Rio de Janeiro: Lugar Comum, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14117compilada.htm. Acesso em: 20 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Ofício nº 11869/2021 PR-SP-00000472/2022. São Paulo: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2022. Assunto: PFDC. Comunicação social e direitos fundamentais na Internet.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria da transparência. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Panorama político 2022**: opiniões sobre sociedade e democracia. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/panorama-politico-2022>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRETON, Philippe. **Argumentação na comunicação**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. cap. 9, p. 218 - 243.

CANAL do Jair Bolsonaro. [S. l. : s. n.], [2022]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/jbolsonaro>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CANAL do Lula. [S.l. : s. n.], [2022?]. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/LulaOficial>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CERVI, Emerson. **Opinião pública e política no Brasil**: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia. Orientador: Marcus Faria Figueiredo. Tese (Douto em Ciências Humanas: Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CIDADES brasileiras registram atos em apoio ao governo Bolsonaro. [S.l.], 2019. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/26/cidades-brasileiras-registram-atos-em-apoio-ao-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CRISE institucional | O Grande Debate - 24/08/21. [S.l. : s.n.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vmaL34CRI54>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CRIVELLA critica pesquisas e busca apoio de políticos conservadores e evangélicos. [S.l.], 2020. Portal: Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-critica-pesquisas-e-busca-apoio-de-politicos-conservadores-e-evangelicos/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DIAS, Anielly. O espetáculo midiático do acontecimento jurídico: a cobertura jornalística sobre a operação Lava Jato. Santa Cruz do Sul: Rizoma, 2018.

FRANÇA, Vera; SILVA, Terezinha. **Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais**. Brasília: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2017.

GONÇALVES, Ricardo. **A superioridade racial em Immanuel Kant**: as justificações de dominação europeia e suas implicações na América Laria. Kinesis, v. 7, n. 13, p. 179-195, jun. 2015. (2015)

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

HISTÓRIA. [S.l. : s.n.], [2022?]. Portal: Datafolha. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/historia/index.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2022.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

JUIZ Sergio Moro acaba com sigilo de gravações de conversas telefônicas de Lula. [S.l.], 2016. Portal: Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4888799/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

JÚNIOR, Alfredo; ROCHA, Heitor; SIQUEIRA, Fabiana. **Telejornalismo**: da audiência presumida aos co-produtores da notícia. Caxias do Sul: Intercom, 2010.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Inside Vídeo**: novos horizontes e descobertas 2022. [S.l.]: Kantar Ibope Media, 2022. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/inside-video-2022-download/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LIAKOPOULOS, 2002. Análise argumentativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. cap. 9, p. 218 - 243.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

LOPES, Luís Carlos. **Televisão e Argumentação**: episteme e métodos.

MAAR, Wolfgang. **O que é Política?**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARCELINO, Daniel. **Por que as pesquisas eleitorais divergem tanto? Quem está certo? Quem sabe?**. [S.l.], 2022. Portal: Jota. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-daniel-marcelino/por-que-as-pesquisas-eleitorais-divergem-tanto-quem-esta-certo-quem-sabe-02052022>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Operação Lava Jato**. [S.l. : s.n.], [2022?]. Portal: MPF. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MPT conclui que trainee para negros do Magalu é reparação histórica. [S.l.], 2020. Portal: Exame. Disponível em: <https://exame.com/negocios/mpt-conclui-que-trainee-para-negros-do-magalu-e-reparacao-historica/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

NADIR, Patrícia. **1/3 dos brasileiros usam o Twitter para se informar, diz pesquisa**. [S.l.], 2022. Portal: Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/1-3-dos-brasileiros-usam-o-twitter-para-se-informar-diz-pesquisa/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

NOGUEIRA, Luisa; ROSSI, Jéssica. **Propaganda Nazista em foco**: uma análise da mídia impressa hitlerista ao olhar da Teoria Hipodérmica e Semiótica da Cultura. Curitiba, PR: Intercom, 2017.

OLIVEIRA, Andreia; STRINGARI, Rosângela. **Telejornalismo e interatividade**: o comportamento do público em tempos de pandemia. Paraná: Jornalismo e estudos mediáticos: Memória V, 2022.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OUÇA trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado. [S.l.], 2016. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>. Acesso em: 21 jun. 2022.

PALUMBO, Renata. **Referenciação e Argumentação**: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos. Orientadora: Porfa. Dra. Zilda Gaspar. Dissertação (Pós-Graduação em Filosofia e Língua Portuguesa) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O Texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy; RENNÓ, Lúcio. **Opinião pública, estratégia presidencial e ação do congresso no Brasil: "quem manda?"**. Campinas: Opinião Pública, 2005.

PINTO, Abreu; SOUZA, Shirlene. **Opinião na mídia contemporânea**. [S.l.]: Arte & Ciência Editora, 2009.

POLICIAIS e militares podem participar de atos políticos? | O Grande Debate - 31/08/21. [S.l. : s.n.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pmgPyHLk68c>. Acesso em: 15 jul. 2022.

POLÍTICOS donos da mídia: levantamento do Intervozes e 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV. São Paulo, 2018. Portal: Intervozes. Disponível em: <https://intervozes.org.br/politicos-donos-da-midia-levantamento-do-intervozes-em-10-estados-denuncia-pratica-ilegal-de-candidatos-que-sao-proprietarios-de-canais-de-radio-e-tv/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PROTESTOS e paralisações contra cortes na educação ocorrem em todos os estados e no DF. [S.l.]. 2019. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contrabloqueios-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2022.

QUEM é Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia no centro es escândalo no governo Trump. [S.l : s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49845510>. Acesso em: 9 jun. 2022.

REIS, Patrícia. **Totalitarismo**: um novo regime (a)político?. São João Del Rei: Revista Estudos Filosóficos, 2012.

ROSCOE, Beatriz. **Internet é principal meio de informação para 43%; TV é mais usada por 40%**. [S.l.], 2021. Portal: Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internet-e-principal-meio-de-informacao-para-43-tv-e-prefe-rida-de-40/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. cap. 14, p. 343 - 364.

SAHUQUILLO, María. **Humorista Zelenski é eleito presidente da Ucrânia com discurso antissistema**. Kiev, 2019. Portal: El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/noticias/petro-oleksiyovych-poroshenko/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SHORES, Nicholas. **No Rio, Datafolha mostra Paes com 68% dos votos válidos e Crivella com 32%**. [S.l.], 2020. Portal: CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/no-rio-datafolha-mostra-paes-com-68-dos-votos-validos-e-crivella-com-32/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SILVA, Fernanda. **O Roda Viva e as estratégias de construção de um debate público**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SOARES, Mônica. **Populismo e pós-verdade na gestão do primeiro ano da pandemia do Coronavírus no Brasil**: as lives semanais de Jair Bolsonaro no Youtube. Lisboa, 2021.

SOBRE a CNN Brasil. [S.l. : s.n.], [2022?]. Portal: CNN. Disponível em: <https://conteudos.cnnbrasil.com.br/sobre-a-cnn-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.

TSE comemora marca histórica de jovens eleitores nas Eleições 2022. [S.l.], 2022. Portal: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Maio/tse-comemora-marca-historica-de-jovens-eleitores-nas-eleicoes-2022>. Acesso em: 25 maio 2022.

VALLE, Patricia. **Telejornalismo e audiência**: um estudo das relações entre os noticiários locais e seus telespectadores. Orientadora: Profª. Dra. Beatriz Becker. 2013. 73 f. Monografia - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WHAT was the holocaust?. Jerusalém, [2022?]. Portal: Yad Vashem. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/holocaust/about.html>. Acesso em: 26 maio 2022.